

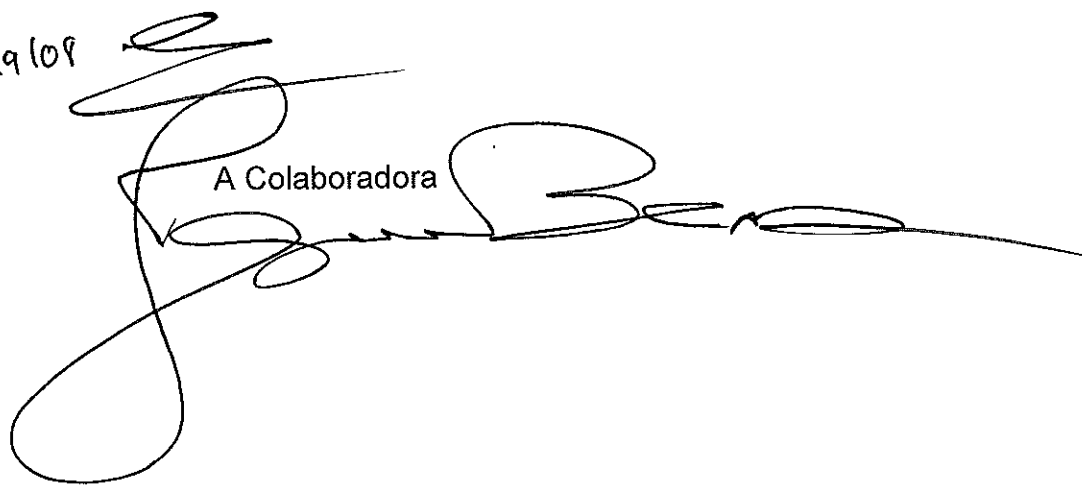
Cartório Notarial de Lisboa da Notária
Raquel Salgueiro Palma Dorotêa
R. Castilho, nº 44, 1º, em Lisboa

Certifico que nesta data compareceu neste Cartório, perante mim Maria de Jesus Batista Caixeiro Travassos Diogo, colaboradora do mesmo, devidamente autorizada, nos termos do nº1 do artigo 8º dos Estatutos do Notariado, Maria de Fátima Ribeiro Castanheira, casada, natural da freguesia de S. Domingos de Rana, Concelho de Cascais, residente na Rua Rodrigo da Fonseca, nº 127, 1º Dto., Lisboa, pessoa cuja identidade certifico por exibição do seu Bilhete de Identidade nº 2214700, de 22 de Janeiro de 2008, emitido pelo Centro de Identificação Civil e Criminal de Lisboa, a qual me apresentou um documento escrito em língua portuguesa, relativo a um outro escrito em língua inglesa. A interessada alegou haver feito a tradução do citado documento, tendo afirmado sob compromisso de honra, que prestou perante mim, ser fiel à referida versão.

Lisboa, aos 24 de Junho de 2008

A tradutora – *Fátima Castanheira*

Registo nº.: 2399/08


A Colaboradora



TRADUÇÃO

CÓPIA CERTIFICADA
[Assinatura ilegível]
SECRETÁRIO AUXILIAR

BARCLAYS BANK PLC

ACTAS DE UMA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 1 CHURCHILL PLACE, LONDON E14 5HP NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2008

1. RESULTADOS PRELIMINARES PARA 2007

Foram distribuídas as seguintes minutas de documentos relativos ao exercício terminado em 31 de Dezembro de 2007:

- * Divulgação pela Bolsa de Valores Mobiliários de Resultados Preliminares; e
- * Deliberação para aprovar a Divulgação pela Bolsa de Valores Mobiliários dos Resultados Preliminares e autorizar qualquer Administrador a aprovar o Formulário 6-K dos EUA.

Após e devida e cuidadosa apreciação, foi deliberado que:

- (a) seja aprovada a Divulgação Preliminar pela Barclays Bank PLC dos Resultados de 2007, na versão apresentada, com as alterações que vierem a ser aprovadas por qualquer um dos Administradores da Sociedade, para serem publicados pela Bolsa de Valores Mobiliários de Londres às 14:00 horas do dia 19 de Fevereiro de 2008, sendo ainda aprovados para entrega na Comissão de Valores Mobiliários.
- (b) para efeitos de aumento de capital nos EUA, qualquer Administrador da Sociedade fica autorizado a aprovar a entrega de uma versão da Divulgação dos Resultados Preliminares, para cumprimento do Regulamento G, junto da Comissão de Valores Mobiliários dos EUA, como um Relatório conjunto (com a Barclays PLC) no Formulário 6-K, na data que for decidida por qualquer um dos Administradores da Sociedade.


CÓPIA CERTIFICADA
[Assinatura ilegível]
SECRETÁRIO AUXILIAR

BARCLAYS BANK PLC

ACTAS DE UMA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 1
CHURCHILL PLACE, LONDON E14 5HP NO DIA 7 DE MARÇO DE 2008

1. RESULTADOS DE 2007

Antes da reunião foram distribuídas as seguintes minutas de documentos relativos aos resultados de 2007:

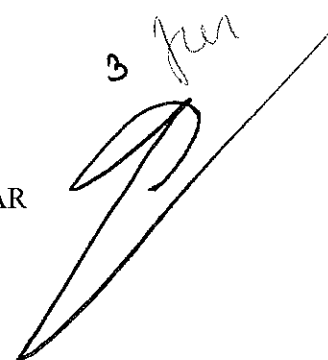
- 1) Relatório Anual e Relatório Anual no Formulário 20-F
- 2) Convocatória da Assembleia Geral Anual

FOI DELIBERADO QUE:

- 1) O Relatório de Gestão e as Contas, juntamente com as respectivas Notas e a Declaração de Rendimentos do Banco para o exercício terminado em 31 de Dezembro de 2007, tal como apresentados e com as alterações que vierem a ser aprovadas por qualquer um dos Administradores, sejam aprovados e que um Secretário seja autorizado a assinar o Relatório de Gestão e o Presidente da Mesa da Assembleia, o Director Executivo do Grupo e o Director Financeiro do Grupo sejam autorizados a assinar os Balanços em representação do Conselho;
- 2) O Relatório Anual no Formulário 20-F da Barclays PLC e da Barclays Bank PLC, sujeito:
 - (i) aos aditamentos ou alterações à informação relativa à Barclays Bank PLC que vierem a ser aprovados por qualquer um dos Administradores da Sociedade, mediante consulta com o Presidente do Comité de Contabilidade do Conselho; e
 - (ii) à elaboração pelo Director Executivo do Grupo e pelo Director Financeiro do Grupo das respectivas certificações nos termos das Secções 302 e 906 da Lei Sarbanes-Oxley dos EUA, de 2002;seja aprovado para entrega na Comissão de Valores Mobiliários dos EUA; e
- 3) a Assembleia Geral Anual do Banco de 2007 seja convocada mediante Convocatória elaborada de acordo com o modelo apresentado, mas sujeita às alterações que vierem a ser aprovadas por um Secretário do Banco e um Secretário Auxiliar autorizados a assinar a Convocatória em representação do Conselho.

CÓPIA CERTIFICADA
[Assinatura ilegível]
SECRETÁRIO AUXILIAR

3
jun



BARCLAYS BANK PLC
ASSEMBLEIA GERAL ANUAL
CONVOCATÓRIA DE REUNIÃO

É CONVOCADA a assembleia geral anual de 2008 da Barclays Bank PLC, a realizar em The Queen Elizabeth II Conference Centre (*Centro de Conferências Rainha Isabel II*), Broad Sanctuary, Westminster, London SW1P 3EE, na quinta-feira, dia 24 de Abril de 2008, pelas 9:00 horas, para apreciação e, sendo o caso, aprovação das seguintes deliberações, sendo as indicadas de 1 a 3 propostas como deliberações ordinárias e as indicadas como número 4 e 5 propostas como deliberações especiais.

DELIBERAÇÕES ORDINÁRIAS

1. QUE os Relatórios de Gestão e dos Auditores e as Contas auditadas da Sociedade, relativas ao exercício terminado em 31 de Dezembro de 2007, agora apresentados à assembleia, sejam aceites.
2. QUE a PricewaterhouseCoopers LLP, Técnicos Oficiais de Contas e Revisores Oficiais de Contas, seja designada como auditora da Sociedade, para exercer o cargo até ao termo da próxima assembleia geral em que forem apresentadas contas à Sociedade, e que a respectiva remuneração seja definida pelos Administradores.
3. QUE, em substituição de todas as faculdades não exercidas, os Administradores sejam, pela presente, geral e incondicionalmente, autorizados para efeitos da Secção 80 da Lei das Sociedades Comerciais de 1985 a exercer todos os poderes da Sociedade para adjudicar os títulos relevantes (com o significado atribuído por essa secção) até um valor nominal máximo igual ao valor nominal do capital social autorizado mas não subscrito da Sociedade na data desta deliberação, na condição de que esta autorização caducará (salvo se for previamente renovada, alterada ou revogada pela Sociedade em assembleia geral) no prazo de cinco anos a contar da data de aprovação da presente deliberação (salvo se a Sociedade, antes da caducidade, apresentar uma proposta ou acordo que venha ou possa vir a exigir que títulos relevantes sejam adjudicados depois daquela caducidade, podendo os Administradores adjudicar os títulos relevantes nos termos dessa proposta ou acordo, como se a autorização aqui concedida não tivesse caducado).

DELIBERAÇÕES ESPECIAIS

4. QUE, condicionada à aprovação da anterior deliberação 3, e em substituição de todas as faculdades não exercidas, os Administradores sejam mandatados nos termos da secção 95 da Lei das Sociedades Comerciais de 1985 para adjudicar títulos contra entradas em dinheiro, em conformidade com os poderes atribuídos pela deliberação 3, nos termos e para os efeitos do Artigo 12(b) dos Estatutos da Sociedade (competência para adjudicar aos accionistas títulos contra entradas em dinheiro, e não numa base proporcional) como se a secção 89(1) da Lei das Sociedades Comerciais de 1985 não se aplicasse a qualquer adjudicação durante o período que termina no prazo de cinco anos a contar da data de aprovação da presente deliberação e que "o montante da Secção 89", para esse período e para efeitos do Artigo 12, tenha um valor máximo nominal igual ao valor nominal do capital autorizado mas não subscrito da Sociedade, na data desta deliberação, e que o poder conferido aos Administradores pela presente deliberação se aplique também à venda de acções próprias, o que constitui uma adjudicação de valores mobiliários nos termos da Secção 93(A) da Lei das Sociedades Comerciais de 1985, mas com omissão da expressão "nos termos dos poderes atribuídos pela deliberação 3" desta deliberação e da expressão "para efeitos e nos termos da referida autorização" do Artigo 12(b).
5. QUE a proposta de Estatutos da Sociedade apresentada à assembleia e rubricada pelo Presidente da Mesa para efeitos de identificação seja adoptada como os novos Estatutos da Sociedade, com efeitos a partir do termo da reunião, em substituição e com exclusão dos Estatutos da Sociedade existentes.

Por delegação do Conselho

Marie Smith
Secretária Auxiliar

1 Churchill Place
London
E14 5HP

7 de Março de 2008

Um membro da Sociedade com direito a participar e votar na assembleia pode designar um procurador ou procuradores para exercer todos ou algum dos seus direitos, para participar, intervir e votar em sua representação, desde que, no caso de ser constituído mais de um procurador por um accionista, cada procurador seja indicado para exercer os direitos associados a diferentes acções detidas por esse accionista. Um procurador pode não ser membro da Sociedade.

4 fun


CÓPIA CERTIFICADA
[Assinatura ilegível]
SECRETÁRIO AUXILIAR

5 *kar*

BARCLAYS BANK PLC
(Sociedade Número 1026167)

ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 2008 REALIZADA NO *THE QUEEN ELIZABETH II CONFERENCE CENTRE*, BROAD SANCTUARY, WESTMINSTER, LONDON SW1P 3EE, NO DIA 24 DE ABRIL DE 2008

Presentes: Patrick Gonsalves, em representação da Barclays PLC (Presidente da Mesa)
Marie Smith, em representação do Barclays Group Holdings Limited

1. Relatórios e Contas

FOI DELIBERADO QUE os Relatórios de Gestão e dos Auditores a as Contas auditadas da Sociedade, relativas ao exercício terminado em 31 de Dezembro de 2007, agora apresentados à assembleia, sejam aceites.

2. Auditores

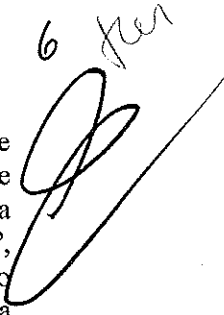
FOI DELIBERADO QUE a PricewaterhouseCoopers LLP, Técnicos Oficiais de Contas e Revisores Oficiais de Contas, seja designada como auditora da Sociedade, para exercer o cargo até ao termo da próxima assembleia geral em que forem apresentadas contas à Sociedade, e que a respectiva remuneração seja definida pelos Administradores.

3. Autorização para Adjudicar Acções

FOI DELIBERADO QUE, em substituição de todas as faculdades não exercidas, os Administradores sejam, pela presente, geral e incondicionalmente, autorizados para efeitos da Secção 80 da Lei das Sociedades Comerciais de 1985 a exercer todos os poderes da Sociedade para adjudicar os títulos relevantes (com o significado atribuído por essa secção) até um valor nominal máximo igual ao valor nominal do capital social autorizado mas não subscrito da Sociedade na data desta deliberação, na condição de que esta autorização caducará (salvo se for previamente renovada, alterada ou revogada pela Sociedade em assembleia geral) no prazo de cinco anos a contar da data de aprovação da presente deliberação (salvo se a Sociedade, antes da caducidade, apresentar uma proposta ou acordo que venha ou possa vir a exigir que títulos relevantes sejam adjudicados depois daquela caducidade, podendo os Administradores adjudicar os títulos relevantes nos termos dessa proposta ou acordo, como se a autorização aqui concedida não tivesse caducado).

4. Autorização para adjudicar aos accionistas títulos contra entradas em dinheiro, e não numa base proporcional

FOI DELIBERADO QUE, condicionada à aprovação da anterior deliberação 3, e em substituição de todas as faculdades não exercidas, os Administradores sejam mandatados nos termos da secção 95 da Lei das Sociedades Comerciais de 1985 para adjudicar títulos contra entradas em dinheiro, em conformidade com os poderes atribuídos pela deliberação 3, nos termos e para os efeitos do Artigo 12(b) dos Estatutos da Sociedade (competência

6 Jan

para adjudicar aos accionistas títulos contra entradas em dinheiro, e não numa base proporcional) como se a secção 89(1) da Lei das Sociedades Comerciais de 1985 não se aplicasse a qualquer adjudicação durante o período que termina no prazo de cinco anos a contar da data de aprovação da presente deliberação e que "o montante da Secção 89", para esse período e para efeitos do Artigo 12, tenha um valor máximo nominal igual ao valor nominal do capital autorizado mas não subscrito da Sociedade, na data desta deliberação, e que o poder conferido aos Administradores pela presente deliberação se aplique também à venda de acções próprias, o que constitui uma adjudicação de valores mobiliários nos termos da Secção 93(A) da Lei das Sociedades Comerciais de 1985, mas com omissão da expressão "nos termos dos poderes atribuídos pela deliberação 3" desta deliberação e da expressão "para efeitos e nos termos da referida autorização" do Artigo 12(b).

5. Estatutos da Sociedade

FOI DELIBERADO QUE a proposta de Estatutos da Sociedade apresentada à assembleia e rubricada pelo Presidente da Mesa para efeitos de identificação seja adoptada como os novos Estatutos da Sociedade, com efeitos a partir do termo da reunião, em substituição e com exclusão dos Estatutos da Sociedade existentes.

[Assinatura ilegível]

Presidente da Mesa da Assembleia

ATRADUTORA

FÁTIMA CASTANHEIRA



Charlotte S...

ASSISTANT SECRETARY

BARCLAYS BANK PLC

**MINUTES OF A MEETING OF THE BOARD OF DIRECTORS
HELD AT 1 CHURCHILL PLACE, LONDON E14 5HP
ON MONDAY 18 FEBRUARY 2008**

1. PRELIMINARY RESULTS FOR 2007

The following draft documents relating to the year ended 31 December 2007 were circulated at the meeting:

- Preliminary Results Stock Exchange Announcement; and
- Resolution to approve the Preliminary Results Stock Exchange Announcement and authorise any one Director to approve the US 6-K filing

After due and careful consideration, it was resolved that:

- (a) the Barclays Bank PLC Preliminary Announcement of the Results for 2007 in the form submitted be approved, subject to such amendment as may be approved by any one Director of the Company, for release by the London Stock Exchange at 2.00pm on 19 February 2008 and approved for filing with the Securities and Exchange Commission.
- (b) for the purposes of raising capital in the US, any one Director of the Company be authorised to approve the filing of a version of the Preliminary Results Announcement, which is compliant with Regulation G, with the US Securities and Exchange Commission as a joint Report (with Barclays PLC) on Form 6-K on a date to be decided by any one Director of the Company.

Charlotte E. ...

ASSISTANT SECRETARY

BARCLAYS BANK PLC

MINUTES OF A MEETING OF THE BOARD OF DIRECTORS
HELD AT 1 CHURCHILL PLACE, LONDON E14 5HP
ON FRIDAY 7 MARCH 2008

1. RESULTS FOR 2007

The following draft documents relating to the results for 2007 had been circulated in advance of the meeting:

- 1) Annual Report and Annual Report on Form 20-F
- 2) Notice of Annual General Meeting

IT WAS RESOLVED THAT:

- 1) The Report of the Directors and the Accounts, together with the Notes thereto and the Income Statement for the Bank for the year ended 31 December 2007, as submitted subject to such amendment as may be approved by any one Director, be approved and a Secretary be authorised to sign the Report of the Directors and the Chairman, the Group Chief Executive and the Group Finance Director be authorised to sign the Balance Sheets on behalf of the Board;
- 2) The Annual Report on Form 20-F for Barclays PLC and Barclays Bank PLC, subject to:
 - (i) such addition or amendment to the information relating to Barclays Bank PLC as may be approved by any one Director of the Company, in consultation with the Chairman of the Board Accounts Committee; and
 - (ii) the execution by the Group Chief Executive and the Group Finance Director of their respective certifications under Sections 302 and 906 of the U.S. Sarbanes-Oxley Act of 2002;be approved for filing with the U.S. Securities and Exchange Commission: and
- 3) the Annual General Meeting of the Bank for 2008 be called by Notice in the form submitted, but subject to such amendment as may be approved by a Secretary of the Bank and an Assistant Secretary be authorised to sign the Notice on behalf of the Board.

CERTIFIED A TRUE COPY

Chen Chen
ASSISTANT SECRETARY

Jan 9

BARCLAYS BANK PLC
ANNUAL GENERAL MEETING
NOTICE OF MEETING

NOTICE is hereby given that the 2008 annual general meeting of Barclays Bank PLC will be held at The Queen Elizabeth II Conference Centre, Broad Sanctuary, Westminster, London SW1P 3EE on Thursday 24th April 2008 at 9.00am to consider and, if thought fit, to pass the following resolutions, with those numbered 1 to 3 being proposed as ordinary resolutions and resolutions numbered 4 and 5 being proposed as special resolutions.

ORDINARY RESOLUTIONS

1. THAT the Reports of the Directors and Auditors and the audited accounts of the Company for the year ended 31st December 2007, now laid before the meeting, be received.
2. THAT PricewaterhouseCoopers LLP, Chartered Accountants and Registered Auditors, be reappointed as auditors of the Company to hold office from the conclusion of this meeting until the conclusion of the next general meeting at which accounts are laid before the Company and that their remuneration be determined by the Directors.
3. THAT, in substitution for all existing unexercised authorities, the Directors be hereby generally and unconditionally authorised pursuant to section 80 of the Companies Act 1985 to exercise all the powers of the Company to allot relevant securities (within the meaning of that section) up to a maximum nominal amount equal to the nominal amount of the authorised but unissued share capital of the Company at the date of this resolution, provided that this authority shall expire (unless previously renewed, varied or revoked by the Company in general meeting) on the date five years from the date on which this resolution is passed (save that the Company may before expiry make an offer or agreement which would or might require relevant securities to be allotted after such expiry and the Directors may allot the relevant securities in pursuance of such offer or agreement as if the authority conferred hereby had not expired).

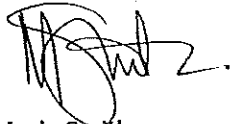
SPECIAL RESOLUTIONS

4. THAT, subject to the passing of resolution 3 above, and in substitution for all existing unexercised authorities, the Directors be empowered, pursuant to section 95 of the Companies Act 1985 to allot securities for cash pursuant to the authority by resolution 3 for the purposes of and on the terms of Article 12(b) of the Articles of Association of the Company (authority to allot securities for cash otherwise than on a pro-rata basis to shareholders) as if section 89(1) of the Companies Act 1985 did not apply to any such allotment for the period expiring on the date five years from the date on which this resolution is passed and that 'the section 89 amount' for that period for the purposes of Article 12 shall be up to a maximum nominal

amount equal to the nominal amount of the authorised but unissued share capital of the Company at the date of this resolution, and that the power conferred on the Directors by this resolution shall also apply to the sale of treasury shares, which is an allotment of equity securities by virtue of section 94(3A) of the Companies Act 1985, but with the omission of the words 'pursuant to the authority conferred by resolution 3' from this resolution and of the words 'pursuant to and within the terms of the said authority' from Article 12(b).

5. THAT the form of the Articles of Association produced to the meeting and initialled by the Chairman for the purposes of identification be and are hereby adopted as the new Articles of Association of the Company, with effect from the end of the meeting in substitution for and to the exclusion of all existing Articles of Association.

By order of the Board



Marie Smith
Assistant Secretary

1 Churchill Place
London
E14 5HP

7th March 2008

A shareholder who is entitled to attend and vote at the AGM is entitled to appoint one or more persons as his or her proxy to exercise all or any of his or her rights to attend and to speak and vote at the meeting, provided that, if more than one proxy is appointed by a shareholder, each proxy is appointed to exercise the rights attached to different shares held by that shareholder. A proxy need not be a member of the Company.

CERTIFIED A TRUE COPY

Charles E...
ASSISTANT SECRETARY

BARCLAYS BANK PLC
(Company Number 1026167)

MINUTES OF THE ANNUAL GENERAL MEETING FOR 2008 HELD AT THE QUEEN ELIZABETH II
CONFERENCE CENTRE, BROAD SANCTUARY, WESTMINSTER, LONDON SW1P 3EE ON
THURSDAY 24 APRIL 2008

Present: Patrick Gonsalves representing Barclays PLC (in the Chair)
Marie Smith representing Barclays Group Holdings Limited

1. Reports and Accounts

IT WAS RESOLVED THAT the Reports of the Directors and Auditors and the audited accounts of the Company for the year ended 31st December 2007, now laid before the meeting, be received.

2. Auditors

IT WAS RESOLVED THAT PricewaterhouseCoopers LLP, Chartered Accountants and Registered Auditors, be reappointed as the auditors of the Company to hold office until the conclusion of the next general meeting at which accounts are laid before the Company and that their remuneration be determined by the Directors.

3. Authority to Allot Shares

IT WAS RESOLVED THAT, in substitution for all existing unexercised authorities, the Directors be hereby generally and unconditionally authorised pursuant to Section 80 of the Companies Act 1985 to exercise all the powers of the Company to allot relevant securities (within the meaning of that section) up to a maximum nominal amount equal to the nominal amount of the authorised but unissued share capital of the Company at the date of this resolution, provided that this authority shall expire (unless previously renewed, varied or revoked by the Company in general meeting) on the date five years from the date on which this resolution is passed (save that the Company may before expiry make an offer or agreement which would or might require relevant securities to be allotted after such expiry and the Directors may allot the relevant securities in pursuance of such offer or agreement as if the authority conferred hereby had not expired).

4. Authority to allot securities in cash other than on a pro-rata basis to shareholders

IT WAS RESOLVED THAT, subject to the passing of resolution 3 above, and in substitution for all unexercised authorities, the Directors be empowered, pursuant to Section 95 of the Companies Act 1985 to allot securities for cash pursuant to the authority by resolution 3 for the purposes of and on the terms of Article 12(b) of the Articles of Association of the Company (authority to allot securities for cash otherwise than on a pro-rata basis to shareholders) as if Section 89(1) of the Companies Act 1985 did not apply to any such allotment for the period expiring on the date five years from the date on which this resolution is passed and that 'the Section 89 amount' for that period for the purposes of Article 12(b) shall be up to a maximum nominal amount equal to the nominal amount of the authorised but unissued share capital of the Company at the date of this resolution, and that the power conferred on the Directors by this resolution shall also apply to the sale of treasury shares, which is an allotment of equity securities by virtue of Section 94(3A) of the Companies Act 1985, but with the omission of the words 'pursuant to the authority

conferred by resolution 3' from this resolution and of the words 'pursuant to and within the terms of the said authority' from Article 12(b).

5. Articles of Association

IT WAS RESOLVED THAT the form of the Articles of Association produced to the meeting and initialled by the Chairman for the purposes of identification be and are hereby adopted as the new Articles of Association of the Company, with effect from the end of the meeting in substitution for and to the exclusion of all existing Articles of Association.



Chairman of the Meeting

Cartório Notarial de Lisboa da Notária

Raquel Salgueiro Palma Dorotêa

R. Castilho, nº 44, 1º, em Lisboa

Certifico que nesta data compareceu neste Cartório, perante mim Maria de Jesus Batista Caixeiro Travassos Diogo, colaboradora do mesmo, devidamente autorizada, nos termos do nº1 do artigo 8º dos Estatutos do Notariado, Maria de Fátima Ribeiro Castanheira, casada, natural da freguesia de S. Domingos de Rana, Concelho de Cascais, residente na Rua Rodrigo da Fonseca, nº 127, 1º Dto., Lisboa, pessoa cuja identidade certifico por exibição do seu Bilhete de Identidade nº 2214700, de 22 de Janeiro de 2008, emitido pelo Centro de Identificação Civil e Criminal de Lisboa, a qual me apresentou um documento escrito em língua portuguesa, relativo a parte de um outro escrito em língua inglesa.

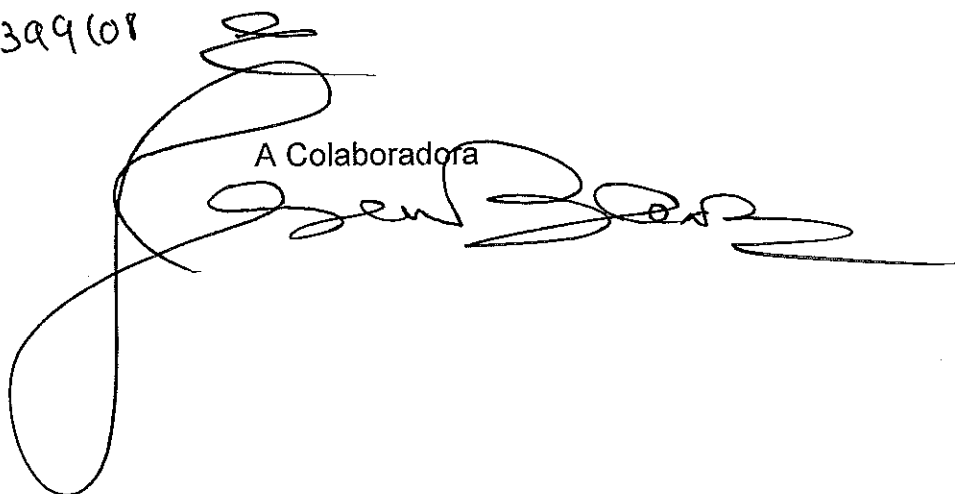
A interessada alegou haver feito a tradução do citado documento, tendo afirmado sob compromisso de honra, que prestou perante mim, ser fiel à referida versão.

Lisboa, aos 24 de Junho de 2008

A tradutora – *Fátima Castanheira*

Registo nº.: *239908*

A Colaboradora





TRADUÇÃO PARCIAL

Relatório de Gestão

Análise da Actividade

A Sociedade está obrigada a apresentar neste relatório uma análise correcta da sua actividade durante o exercício terminado em 31 de Dezembro de 2007 e uma descrição dos principais riscos e incertezas enfrentados pela Sociedade (conhecida como "Análise da Actividade").

A informação que corresponde às exigências da Análise da Actividade pode ser encontrada nas páginas 2 a 12, sendo incluída no presente relatório por remissão.

Do ponto de vista do Banco, a análise da actividade e os riscos e incertezas principais enfrentados pela Sociedade estão integrados na análise do Barclays PLC, o sócio mais importante do Banco. Deste modo, pode ser encontrada, no relatório Anual de 2007 do Barclays PLC, informação adicional que não faz parte do presente relatório.

O Barclays é um prestador de serviços financeiros globais, de primeira categoria, que desenvolve a sua actividade na prestação de serviços de banca comercial e de retalho, cartões de crédito, banca de investimentos, gestão de patrimónios e gestão de investimentos. O Barclays opera através de sucursais, escritórios e subsidiárias no Reino Unido e no estrangeiro.

Os resultados do Grupo mostram um lucro antes de impostos de £7.107 milhões (2006: £7.197 milhões) para o ano e um lucro depois de impostos de €5.126 milhões (2006: £5.256 milhões). O Grupo possuía activos líquidos de £31.821 milhões em 31 de Dezembro de 2007 (2006: £27.106 milhões).

Lucro a distribuir

Os lucros a distribuir ao Barclays PLC, o sócio mais importante do Banco, relativos ao exercício de 2007, ascendem a £4.749 milhões (2006: £4.914 milhões).

Dividendos

Os dividendos relativos a acções ordinárias pagos durante o exercício de 2007 estão mencionados na Nota 1 das contas.

Os dividendos pagos por acções preferenciais para o exercício terminado em 31 de Dezembro de 2007 ascendem a £193 milhões (2006: £174 milhões).

Capital social

O capital social ordinário foi aumentado durante o ano através da emissão a favor do Barclays PLC de 7 milhões de acções ordinárias, inscritas como integralmente pagas, em contrapartida de pagamentos a dinheiro de £111 milhões.

O capital representado por acções preferenciais foi aumentado durante o ano através da emissão de 101.000.000 de Acções Preferenciais "Callable" Não Cumulativas de US\$0,25 cada uma, inscritas como integralmente pagas, em contrapartida de pagamentos a dinheiro de US\$2.451 milhões (£1.207 milhões), cujo valor nominal era de US\$25,3 milhões, sendo o saldo o prémio da acção.

Relatório Anual no Formulário 20-F

Vai ser entregue junto da Comissão de Valores Mobiliários dos EUA um Relatório Anual no Formulário 20-F, sendo disponibilizadas cópias por um dos Secretários Adjuntos, mediante pedido dirigido para a sede, em 1 Churchill Place, London E14 5HP. É possível ler e copiar documentos que tenham sido apresentados pelo Barclays PLC e pelo Barclays Bank PLC à Comissão de Valores, no respectivo gabinete de Formação e Apoio ao Investidor, sito em 100 F Street, NE, Washington DC 20549-0213. Pode contactar telefonicamente a Comissão, para o número 1-800-SEC-0330, com vista a obter mais informação sobre as modalidades de consulta pública e os respectivos custos de cópia. As informações apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários estão ainda disponíveis ao público a partir dos serviços de registo de documentos comerciais, e a partir do site mantido pela Comissão em www.sec.gov.

Administradores

Os Administradores do Banco encontram-se identificados na página 15. Os interesses dos Administradores sobre acções estão mencionados na Nota 40. A composição dos Conselhos do Banco e do Barclays PLC é idêntica.

Chris Lucas passou a integrar o Conselho como Administrador Financeiro do Grupo a partir de 1 de Abril de 2007 e Nagulb Kheraj saiu do Conselho em 31 de Março de 2007.

David Booth entrou para o Conselho como Administrador não executivo em 1 de Maio de 2007 e Patience Wheatcroft e Sir Michael Rake foram designados como Administradores não executivos com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Indemnizações a favor dos Administradores

As disposições relativas à qualificação de indemnizações de terceiros (nos termos da Secção 234 da Lei das Sociedades Comerciais de 2006) estavam em vigor durante o exercício económico terminado em 31 de Dezembro de 2007, a favor dos então Administradores e, na data do presente relatório, encontram-se em vigor no interesse dos Administradores relativamente a determinadas perdas e responsabilidades em que possam incorrer (ou tenham incorrido) no âmbito das suas obrigações, poderes ou cargos.

Envolvimento na Comunidade

O Barclays tem um vasto programa comunitário que abrange diversos países em todo o mundo. O Grupo disponibiliza fundos e apoio a mais de 7.140 organizações de solidariedade e de voluntariado, desde pequenas instituições de solidariedade locais, como a Passage (Reino Unido), a organizações internacionais como a Cruz Vermelha. Temos também um programa de emprego bem sucedido, que em 2007 levou mais de 43.000 empregados e pensionistas em todo o mundo a participarem nas actividades de voluntariado e angariação apoiadas pelo Barclays. Na página 12 é apresentada mais informação sobre o nosso envolvimento na comunidade.

O apoio do Barclays à comunidade totalizou, em 2007, £52,4 milhões (2006: 46,5 milhões), correspondendo £38,9 milhões a apoio no Reino Unido (2006: 39,6 milhões) e £13,5 milhões a apoio internacional (2006: £6,9 milhões). O apoio no Reino Unido inclui £30,4 milhões de donativos de solidariedade (2006: £35,2 milhões).

Envolvimento dos Empregados

O Barclays propõe-se assegurar que os empregados partilhem do êxito da Sociedade. As pessoas são incentivadas a participar nos planos *share option* e *share purchase* e a investir montantes substanciais em acções do Barclays PLC.

Os empregados são informados sobre assuntos que os afectam através de vários meios, incluindo a revista de notícias da empresa, a intranet, *briefings* e mensagens por telemóvel (SMS). Estas informações ajudam a obter um conhecimento comum entre os empregados sobre os factores financeiros e económicos que afectam o desempenho do Barclays.

O Barclays também se propõe dar oportunidade aos empregados para partilharem os seus pontos de vista e dar *feedback* sobre assuntos importantes para eles. Anualmente realiza-se um Inquérito de Opinião aos Empregados, sendo os resultados comunicados ao Conselho de RH e à Comissão de Remunerações, a todos os empregados e ao Unite (secção Amicus), o nosso sindicato reconhecido no Reino Unido. Também se realizam *roadshows* e fóruns de empregados.

Além disso, o Barclays também realiza regular e formalmente reuniões com o Unite (secção Amicus) sobre assuntos do Grupo, da unidade de negócios e de projectos específicos.

Diversidade e Inclusão

A agenda para a diversidade no Barclays procura incluir clientes, colegas e fornecedores. O nosso objectivo é recrutar e reter as melhores pessoas, independentemente (a título de exemplo) da raça, religião, idade, género, orientação sexual ou deficiência. Procuramos que os nossos colaboradores reflectam as comunidades em que operamos e a natureza internacional da organização. Reconhecemos que a diversidade é uma parte essencial da estratégia do negócio responsável no apoio à nossa crescente actividade global.

O Barclays está empenhado em disponibilizar apoio adicional a empregados portadores de deficiências e dar-lhes oportunidade de nos informarem sobre as suas necessidades específicas, incluindo a criação de um site da intranet dedicado. Através do nosso Sistema de Adaptações Razoáveis pode ser prestada assistência adequada, incluindo adaptações físicas do local de trabalho, sendo ainda disponibilizada aos empregados deficientes formação adequada e acesso a orientadores treinados. Foi desenvolvido um vasto leque de iniciativas de recrutamento para aumentar o número de pessoas deficientes a trabalhar no Barclays.

Política de pagamento aos credores

O Barclays valoriza os seus fornecedores e reconhece a importância do pagamento atempado das facturas, especialmente as das pequenas empresas. Constitui prática do Barclays acordar as condições com os fornecedores quando celebra contratos com estes. Negociamos com fornecedores numa base individual e cumprimos as nossas obrigações em conformidade. A Sociedade não segue qualquer código ou norma específica publicada sobre prática dos pagamentos.

O parágrafo 12(3) do Anexo 7 à Lei das Sociedades Comerciais de 1985 exige a divulgação dos prazos de pagamento aos credores comerciais. As contas da Sociedade são elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas Internacionais. Os elementos para o apuramento dos credores comerciais não são facilmente identificáveis. No entanto, identificando tão aproximadamente quanto possível os componentes que seriam exigidos se o Anexo 4 da Lei das Sociedades de 1985 fosse aplicado, o prazo de pagamento aos credores comerciais da Sociedade em 2006 foi de 27 dias (2006: 28 dias). Trata-se de um cálculo aritmético e não reflecte necessariamente a nossa prática, que se encontra acima descrita, nem a experiência de qualquer credor em concreto.

Instrumentos Financeiros

Os objectivos e políticas da gestão de risco financeiro do Barclays, incluindo a política de cobertura de cada um dos principais tipos de transacção prevista, em que seja utilizada a contabilidade de cobertura, e a exposição ao risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco de tesouraria são apresentados nas Notas 46 a 48 às contas.

Factos posteriores à Data do Balanço

No dia 3 de Março de 2008, o Barclays celebrou um acordo com a Petropavlovsk Finance (Sociedade de Responsabilidade Limitada) para a aquisição de 100% do Expobank, pelo valor aproximado de 745 milhões de USD (£373 milhões). Espera-se que a transacção seja concluída no Verão de 2008, após obtenção das necessárias autorizações das entidades reguladoras. O Expobank centra a sua actividade sobretudo a Rússia Ocidental, com uma presença substancial em Moscovo e em São Petersburgo. Fundado em 1994, cresceu rapidamente e compreende um misto de banca de retalho e comercial, operando em 32 sucursais e lidando com um conjunto de clientes empresariais e retalhistas. Em 31 de Dezembro de 2007, o Expobank possuía activos líquidos no valor de 186 milhões de USD (£93 milhões).

Revisores de Contas

O Comitê de Auditoria do Conselho analisa a nomeação de auditores externos, bem como a respectiva relação com o Grupo, incluindo supervisionar o recurso a serviços de auditores para realizarem trabalho não sujeito a revisão de contas e o saldo de honorários de auditoria ou não, pagos aos auditores. Depois de analisar a independência e eficiência dos auditores externos, o Comitê recomendou ao Conselho que os presentes auditores, PriceWaterhouseCoopers LLP, sejam reconduzidos.

Tanto quanto é do conhecimento dos Administradores, não existe qualquer informação relevante para a revisão que não seja do conhecimento dos auditores. Cada um dos Administradores tomou todas as medidas que deveria ter tomado, enquanto Administrador, para tomar conhecimento de qualquer informação relevante para efeitos de revisão e fazer com que os auditores da Sociedade conhecessem essa informação. Para este efeito, “informação relevante para a revisão” significa informação de que os auditores da Sociedade necessitem para elaborarem o seu relatório.

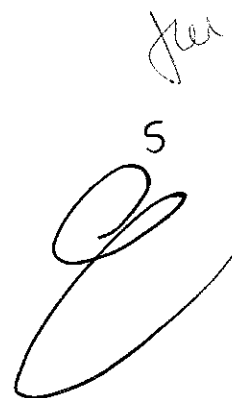
A PriceWaterhouseCoopers LLP propôs-se continuar em funções. Na AGA de 2008 serão propostas moções ordinárias para a sua recondução como Revisores de Contas e para autorizar os Administradores a fixar a sua remuneração.

Por ordem do Conselho

[Assinatura ilegível]

Lawrence Dickinson
Secretário Adjunto
10 de Março de 2008

5



Administradores e Directores e Declaração de responsabilidade dos Administradores pelas demonstrações financeiras

Actuais Administradores e Directores

Marcus Aglus – Presidente do grupo

Administradores Executivos

John Varley – Director-Geral Executivo do Grupo

Robert E Diamond Jr – Presidente, Barclays PLC. Director-Geral Executivo.

Banca de Investimento e Gestão de Investimento

Gary Hoffman – Vice-Presidente do Grupo

Chris Lucas – Administrador Financeiro do Grupo

Frits Seegers – Director-Geral Executivo, Banca Comercial e de Retalho Internacional

Administradores Não-Executivos

Sir Nigel Rudd, DL – Vice-Presidente

David Booth

Sir Richard Broadbent

Richard (Leigh) Clifford

Fulvio Conti

Dr. Danie Cronjé

Professor Dame Sandra Dawson

Sir Andrew Likierman

Sir Michael Rake

Stephen Russell

John Sunderland

Patience Wheatcroft

Actuais Membros da Comissão Executiva do Grupo		Nomeados para a Comissão Executiva do Grupo
John Varley	Director-Geral Executivo do Grupo	1996
Robert E Diamond Jr	Presidente, Barclays PLC. Director-Geral Executivo. Banca de Investimento e Gestão de Investimento.	1997
Paul Idzik	Director de Operações	2004
Chris Lucas	Administrador Financeiro do Grupo	2007
Frits Seegers	Director-Geral Executivo. Banca Comercial e de Retalho Internacional	2006

Outros Responsáveis		Nomeados para o Cargo
Jonathan Britton	Controller Financeiro	2006
Lawrence Dickinson	Secretário Adjunto	2002
Patrick Gonsalves	Secretário Adjunto	2002
Mark Harding	Consultor Geral	2003
Robert Le Blanc	Director de Risco	2004

Declaração de Responsabilidade dos Administradores pelas Demonstrações Financeiras

Preocupação Contínua

Os Administradores confirmam que estão satisfeitos pelo facto de o Grupo e a Sociedade possuírem recursos adequados para continuarem a desenvolver a sua actividade no futuro previsível. Por essa razão continuam a adoptar uma atitude de “preocupação contínua” na elaboração das contas.

Declaração de Responsabilidade dos Administradores pelas Demonstrações Financeiras

O presente relatório, cuja leitura deve ser acompanhada da leitura do relatório dos Revisores de Contas, apresentado na página 16, pretende esclarecer os accionistas acerca das diferentes responsabilidades dos Administradores e dos Revisores de Contas relativamente às Demonstrações Financeiras.

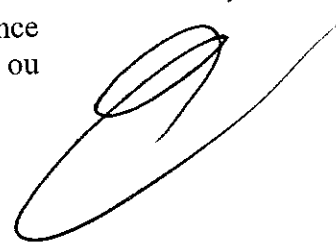
Nos termos da Lei das Sociedades Comerciais de 1985, é da responsabilidade dos Administradores preparar as Demonstrações Financeiras referentes a cada exercício e, em relação às Demonstrações do Grupo, respeitando o disposto no Artigo 4 do regulamento das Normas Internacionais de Contabilidade. Os Administradores elaboraram demonstrações financeiras individuais em conformidade com as IFRS, tal como foram adoptadas pela União Europeia. A legislação exige que as Demonstrações apresentem correctamente a situação financeira da Sociedade e do Grupo e o desempenho nesse período; a lei das Sociedades Comerciais de 1985 estabelece, relativamente às demonstrações financeiras, que as referências legais a uma perspectiva verdadeira e correcta das demonstrações financeiras se referem à respectiva apresentação de uma forma correcta.

Os Administradores confirmam que, na preparação das demonstrações contabilísticas das páginas 17 a 144, o Grupo utilizou os procedimentos contabilísticos apropriados, suportados de forma consistente por cálculos e critérios adequados e respeitando todas as normas contabilísticas que consideram aplicáveis.

É da responsabilidade dos Administradores assegurar a manutenção dos registos contabilísticos do Grupo, os quais devem evidenciar, com aceitável exactidão, a situação financeira da Sociedade e do Grupo, certificando-se de que as contas estão de acordo com as normas da Lei das Sociedades Comerciais de 1985.

Os Administradores deverão tomar todas as medidas necessárias e ao seu alcance para salvaguardar os bens do Grupo, prevenir e detectar situações de fraude ou qualquer tipo de irregularidades.

per
8

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of a large loop and a long horizontal stroke.

Relatório dos Revisores de Contas

Relatório de Auditoria dos Revisores de Contas aos membros do Barclays Bank PLC

Procedemos à revisão das demonstrações financeiras do Grupo e da Empresa-Mãe (doravante designadas "demonstrações financeiras") do Barclays Bank PLC para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, as quais incluem as Demonstrações de Resultados do Grupo e da Empresa-Mãe, os Balanços do Grupo e da Empresa-Mãe, as Demonstrações dos Custos e Proveitos Reconhecidos do Grupo e da Empresa-Mãe, o Mapa de Origem e Aplicação de Fundos do Grupo e da Empresa-Mãe e as respectivas notas, nas páginas 27 a 144. Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as políticas de contabilidade apresentadas nas páginas 17 a 24.

Responsabilidades dos Administradores e Revisores de Contas a este respeito

As responsabilidades dos Administradores na elaboração do Relatório Anual e das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação em vigor e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) nos termos adoptados pela União Europeia são apresentadas na Declaração de Responsabilidades dos Administradores.

A nossa responsabilidade consiste em examinar as demonstrações financeiras em conformidade com os requisitos legais e regulamentares relevantes e com as Normas Internacionais de Auditoria (Reino Unido e Irlanda). Este relatório, incluindo o parecer, foi preparado apenas para os membros da sociedade enquanto organismo, nos termos da Secção 235 da Lei das Sociedades Comerciais de 1985, não tendo qualquer outra finalidade. Ao emitirmos este parecer, não aceitamos nem assumimos qualquer responsabilidade para qualquer outro fim ou perante qualquer outra pessoa a quem este relatório seja apresentado ou que o possa consultar, excepto se assim o acordarmos expressamente, mediante autorização prévia, por escrito.

Expomos a nossa opinião sobre o facto de as demonstrações financeiras apresentarem uma perspectiva verdadeira e justa e de estarem adequadamente preparadas em conformidade com a Lei das Sociedades Comerciais de 1985 e, quanto às demonstrações financeiras do grupo, o Artigo 4.º do regulamento das NIC. O nosso parecer considera, igualmente, a coerência entre o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras.

Complementarmente, analisamos se, no nosso entender, a sociedade praticou quaisquer irregularidades quanto aos registos contabilísticos, faltas na disponibilização da informação ou não apresentação de alguma explicação necessária à realização da auditoria, bem como a não apresentação de quaisquer informações estipuladas por lei, relativamente a remunerações e outras transacções dos Administradores.

Lemos outras informações contidas no Relatório Anual e apreciámos a sua coerência relativamente às demonstrações financeiras auditadas. Essas outras informações são apenas a Análise da Actividade e o Relatório de Gestão. Consideraremos as implicações para o nosso relatório, caso tomemos conhecimento de quaisquer aparentes inexactidões ou incoerências significativas com as demonstrações financeiras. A nossa responsabilidade não se aplica a quaisquer outras informações.

Bases do Parecer de Auditoria

Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (Reino Unido e Irlanda) emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. A auditoria inclui a verificação, com base em testes, de evidência relevante para os montantes e informações nas demonstrações financeiras. Inclui também uma avaliação das estimativas e das apreciações significativas feitas pelos Administradores na elaboração das demonstrações financeiras e do facto de as políticas contabilísticas serem ou não adequadas às circunstâncias do grupo e da sociedade, aplicadas de modo coerente e adequadamente divulgadas.

Planeámos e executámos a nossa auditoria de modo a obter todas as informações e todas as explicações que considerámos necessárias para termos provas suficientes para afirmar com um grau de segurança aceitável se as demonstrações financeiras contêm ou não distorções materialmente relevantes, quer causadas por fraude quer por outras irregularidades ou erros. Na formação da nossa opinião também avaliamos a adequação global da apresentação da informação nas demonstrações financeiras.

Parecer

Na nossa opinião:

- as demonstrações financeiras do Grupo constituem uma perspectiva justa e verdadeira, em conformidade com as IFRS nos termos adoptados pela União Europeia, relativamente à actividade do Grupo em 31 de Dezembro de 2007 e dos respectivos lucros e fluxos financeiros no ano que então terminou;
- as demonstrações financeiras da Empresa-Mãe constituem uma perspectiva justa e verdadeira, em conformidade com as IFRS nos termos adoptados pela União Europeia e aplicadas em conformidade com o disposto da Lei das Sociedades Comerciais de 1985, relativamente à actividade da Empresa-Mãe em 31 de Dezembro de 2007 e dos respectivos lucros e fluxos financeiros no ano que então terminou;
- as demonstrações financeiras foram correctamente elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades Comerciais de 1985 e, no que respeita às demonstrações financeiras do grupo, o Artigo 4.º do regulamento das NIC; e
- a informação apresentada no relatório de gestão é coerente com as demonstrações financeiras.

PriceWaterhouseCoopers LLP

Técnicos Oficiais de Contas e Revisores Oficiais de Contas

Londres, Reino Unido

10 de Março de 2007

Notas

- (a) A manutenção e correcção do site do Barclays Bank PLC é da responsabilidade dos administradores; o trabalho desenvolvido pelos auditores não envolve a avaliação desses assuntos e, nesse sentido, os auditores não aceitam qualquer responsabilidade por quaisquer alterações que possam ter ocorrido nas demonstrações financeiras desde que foram inicialmente apresentadas no site.
- (b) A legislação do Reino Unido sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras pode divergir da legislação de outras jurisdições.

Contas consolidadas do Barclays Bank PLC

Apresentação contabilística

ker
11



Futuros desenvolvimentos contabilísticos

Será prestada atenção durante 2008 às implicações, se existirem, das seguintes normas novas e revistas e interpretações do Comité de Interpretações do Reporte Financeiro (IFRIC), a saber:

- A IFRS (*Norma Internacional de Relato Financeiro*) 3 – Concentrações de actividades empresariais e a NIC (*Norma Internacional Contabilística*) 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas são normas revistas publicadas em Janeiro de 2008. A IFRS 3 revista aplica-se prospectivamente a concentrações de actividades empresariais contabilizadas inicialmente nos períodos contabilísticos iniciados em 1 de Julho de 2009 ou posteriormente e as alterações à NIC 27 aplicam-se retrospectivamente a períodos iniciados no dia 1 de Julho de 2009 ou depois disso.

As principais alterações na prática existente que resultam da revisão à IFRS 3 afectam as aquisições que forem consubstanciadas por fases e aquisições em que é adquirido menos de 100% do capital social. Adicionalmente, os custos relacionados com a aquisição – como honorários pagos a consultores – devem ser contabilizados separadamente da concentração de actividades empresariais, o que significa que serão reconhecidos como despesas, salvo se estiverem directamente relacionados com a emissão de títulos de dívida ou de capital. A revisão à NIC 27 especifica que as alterações ocorridas na titularidade detida numa subsidiária, que não resultem na perda de controlo, devem ser contabilizadas como transacções de capital. Até ocorrerem futuras aquisições que sejam contabilizadas de acordo com a IFRS 3 revista, o principal impacto no Barclays será que, a partir de 2010, os ganhos e perdas sobre transacções com interesses não dominantes que não resultem na perda de controlo deixarão de ser reconhecidos na declaração de rendimentos, sendo-o directamente no capital. Em 2007, foram reconhecidos no rendimento £23 milhões e perdas de £6 milhões relativos a essas transacções.

- IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes dirige-se à contabilização por entidades que concedem créditos como prémio de fidelidade (como "pontos" ou milhas de viagem) a clientes que comprem outros bens ou serviços. Obriga as entidades a alocar algumas das receitas da venda inicial aos créditos atribuídos e a reconhecer essas receitas como rendimento apenas quando tiverem cumprido as suas obrigações. O Grupo está a ponderar as implicações desta interpretação e qualquer alteração que vier a ocorrer na política de contabilização será contabilizada em conformidade com a NIC 8, Políticas de Contabilização, Alterações nas Estimativas de Contabilização e Erros em 2009.
- IFRS 8 – Segmentos Operacionais foi emitida em Novembro de 2006 e deverá ser necessário aplicar pela primeira vez ao período contabilístico do Grupo que se inicia em 1 de Janeiro de 2009. A norma substitui a NIC 14 – Reporte por Segmento e deverá alinhar o reporte por segmento operacional com os segmentos reportados à gestão de topo, assim como exigir alterações e aditamentos às actuais informações de reporte por segmento. A norma não altera o reconhecimento, medição ou

apresentação de transacções específicas nas demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo está a ponderar as vantagens que a prematura adopção em 2008, conforme é permitido, poderá trazer à transparência das informações apresentadas por segmento.

- NIC 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras é uma norma revista aplicável aos períodos anuais que se iniciam em 1 de Janeiro de 2009. As alterações afectam a apresentação de alterações da titularidade do capital e do rendimento global. Não alteram o reconhecimento, medição ou apresentação de transacções específicas e factos exigidos por outras normas.
- NIC 23 – Custos com Empréstimos é uma norma revista aplicável a períodos anuais que se iniciam em 1 de Janeiro de 2009. A revisão não tem impacto sobre o Barclays. A revisão afasta a opção de não capitalizar os custos com empréstimos sobre activos qualificados, que são activos que demoram um período de tempo substancial para estarem preparados para o seu uso pretendido ou venda.
- Foi publicada em Janeiro de 2008 uma alteração à IFRS 2 Pagamento Com Base em Acções, clarificando que as condições de aquisição são apenas as condições de serviço e as condições de execução. Especifica ainda que todos os cancelamentos, sejam promovidos pela própria entidade ou por outras entidades, deverão receber o mesmo tratamento contabilístico, que resulta na aceleração da imputação. O Grupo está a ponderar as implicações da alteração, particularmente quanto ao plano de Poupança Acções e qualquer alteração que vier a ocorrer na política de contabilização será contabilizada em conformidade com a NIC 8, Políticas de Contabilização, Alterações nas Estimativas de Contabilização e Erros em 2009.
- Foram publicadas em Fevereiro de 2008 alterações à NIC 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação e à NIC 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem alguns instrumentos financeiros com opção de venda e alguns instrumentos financeiros que impõem à entidade uma obrigação de entregar a outra parte uma quota-parte proporcional dos activos líquidos da entidade apenas com a liquidação para ser classificada como capital. As alterações, que são aplicáveis aos períodos anuais que se iniciam em 1 de Janeiro de 2009, não têm impacto sobre o Barclays.

As seguintes interpretações da IFRIC publicadas durante 2006 e 2007, que se aplicam pela primeira vez aos períodos contabilísticos iniciados em 1 de Janeiro de 2008 ou posteriormente, não deverão levar a quaisquer alterações das políticas contabilísticas do grupo:

- IFRIC 11 IFRS 2 – Transacções Intragrupo e de Acções Próprias;
- IFRIC 12 – Acordos Sobre Serviço de Concessão;
- IFRIC 14 NIC 19 – Os Limites de um Plano de Benefícios Definidos, Requisitos Mínimos de Financiamento e as suas Interacções.

Aquisições

2007: Em 8 de Fevereiro de 2007, o Barclays concluiu a aquisição da Indexchange Investment AG. A Indexchange encontra-se sediada em Munique e oferece produtos de fundos de transacções cambiais.

Em 28 de Fevereiro de 2007, o Barclays concluiu a aquisição do Nile Bank Limited. O Nile Bank está sediado no Uganda com 18 sucursais e 228 funcionários.

Em 30 de Março de 2007, o Barclays concluiu a aquisição da EquiFirst. A EquiFirst opera na constituição de hipotecas no mercado grossista nos Estados Unidos.

Em 18 de Maio de 2007, o Barclays concluiu a aquisição do Walbrook Group Limited. A Walbrook está sediada em Jersey, Guernsey, Ilha de Man e Hong-Kong, onde serve clientes privados com elevados rendimentos líquidos e clientes corporativos.

2006: Em 1 de Novembro de 2006, o Barclays Bank PLC adquiriu a actividade hipotecária nos EUA da HomeEq Servicing Corporation à Wachovia Corporation.

2005: Em 1 de Junho de 2005, a Barclays Asset and Sales Finance (BASF) adquiriu 51% do capital e dos direitos de controlo na Iveco Vehicle Finance Business da Fiat. A transacção irá expandir a especialização em veículos comerciais da BASF.

Em 30 de Junho de 2005, a EnterCard, a parceria entre o Barclays Bank PLC e a Förenings Sparbanken (também conhecida como Swedbank), que foi anunciada em 4 de Fevereiro de 2005, começou a operar. O Barclays Bank PLC tem um interesse económico de 50% na parceria. A EnterCard presta serviços de cartões de crédito no mercado nórdico, inicialmente na Suécia e na Noruega.

Em 1 de Julho de 2005, o Barclays adquiriu a actividade patrimonial do ING Securities Bank (França), composto pela ING Ferri e ING Private Banking.

Em 9 de Maio de 2005, o Barclays anunciou as condições de uma aquisição recomendada de uma participação maioritária no Absa Group Limited ("Absa"). O Barclays consolidou o Absa desde 27 de Julho de 2005.

Alienações

2007: Em 4 de Abril de 2007, o Barclays concluiu a venda da Monument, que actua no sector dos cartões de crédito.

Em 24 de Setembro de 2007, o Barclays concluiu a venda de 50% da participação na Intelenet Global Services Pvt Ltd.

2006: Em 1 de Janeiro de 2006, o Barclays concluiu a venda da sucursal do Barclays South African ao Absa Group Limited. Estão aqui compreendidas as operações do Barclays Capital South African e as actividades de Banca Empresarial e de Negócios anteriormente desenvolvidas pela sucursal sul-africana do segmento de International Retail and Commercial Banking – excluindo o Absa, juntamente com os activos e as responsabilidades associados.

Em 25 de Julho de 2006, a BASF alienou os seus interesses na sua empresa de contratação de veículos motorizados, a Appleyard Finance Holdings Limited.

Em 31 de Agosto de 2006, o Barclays alienou a Bankhaus Wolbern, que fazia parte anteriormente do Absa.

Em 22 de Dezembro de 2006, o Barclays alienou os seus interesses no FirstCaribbean International Bank ao Canadian Imperial Bank of Commerce.

Em 31 de Dezembro de 2006, a BA&SF alienou a European Vendor Finance, incluindo a Barclays Industrie Bank GmbH e a Barclays Technology Finance Ltd., ao CIT Group.

Desenvolvimentos recentes

Em 16 de Abril de 2007, o Barclays anunciou a venda do Barclays Global Investors Japan Trust & Banking Co., Ltd, uma empresa de gestão e administração de fundos fiduciários. A venda foi concluída em 31 de Janeiro de 2008.

Em 5 de Outubro de 2007, o Barclays anunciou que até 4 de Outubro de 2007 nem todas as condições relativas à sua proposta ao ABN AMRO Holding N.V. tinham sido cumpridas e, por essa razão, o Barclays retirara a sua proposta com efeitos imediatos. O Barclays anunciou ainda que tinha reiniciado o programa de recompra de acções do Barclays PLC para minimizar o efeito de diluição da emissão de acções para o Development Bank e o Temasek Holdings (Private) Limited sobre os accionistas do Barclays PLC existentes. Este programa deveria desenrolar-se até 31 de Dezembro de 2007, mas foi posteriormente alargado até 31 de Janeiro de 2008.

Em 7 de Fevereiro de 2008, o Barclays anunciou a aquisição do serviço de cartões de crédito para o Reino Unido da Discover por um preço de aproximadamente £35 milhões. O preço está sujeito a um mecanismo de ajustamento tendo por base o valor do activo líquido aquando da conclusão do negócio. A conclusão está sujeita a diversas condições, incluindo autorização da concorrência, e deverá ocorrer durante o primeiro semestre de 2008.

Em 3 de Março de 2008, o Barclays celebrou um acordo com a Petropavlovsk Finance (Sociedade de Responsabilidade Limitada) para adquirir 100% do Expobank, por um preço de aproximadamente USD 745 milhões (£373 milhões). A transacção deverá estar fechada no Verão de 2008, depois de ter recebido as necessárias aprovações das entidades reguladoras. O Expobank concentra-se sobretudo na Rússia Ocidental, com uma presença substancial em Moscovo e São Petersburgo. Fundado em 1934, cresceu rapidamente e inclui um misto de banca comercial e de retalho, funcionando com 32 sucursais e lidando com um leque de clientes corporativos e grossistas. Em 31 de Dezembro de 2007, o Expobank possuía activos líquidos de USD 186 milhões (£93 milhões).

Contas do Barclays Bank PLC

Demonstração de resultados consolidados

Demonstração de resultados consolidados
Do exercício findo em 31 de Dezembro

ful
15

	Notas	Grupo	
		2007 £m	2006 £m
Actividade regular			
Juros e proveitos equiparados	2	25.308	21.805
Custos financeiros	2	(15.707)	(12.662)
Margem financeira		9.601	9.143
Rendimento de comissões	3	8.682	8.005
Despesa com comissões	3	(970)	(828)
Rendimento líquido de comissões		7.712	7.177
Rendimento líquido de operações comerciais	4	3.759	3.632
Rendimento líquido do investimento	4	1.216	962
Transacções principais		4.975	4.594
Prémios líquidos de contratos de seguros	5	1.011	1.060
Outros resultados	6	224	257
Rendimento total		23.523	22.231
Indemnizações e benefícios líquidos pagos sobre contratos de seguros	5	(492)	(575)
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros		23.031	21.656
Encargos por imparidade e outras provisões de crédito	7	(2.795)	(2.154)
Rendimento líquido		20.236	19.502
Custos com pessoal	8	(8.405)	(8.169)
Despesas gerais e administrativas	9	(4.141)	(3.914)
Amortização de imóveis, instalações e equipamento	23	(467)	(455)
Amortização de imobilizado incorpóreo	22	(186)	(136)
Despesas de exploração		(13.199)	(12.674)
Participação nos resultados de associadas e joint-ventures líquidos de impostos	19	42	46
Lucros na venda de subsidiárias, associadas e joint-ventures		28	323
Lucros antes de impostos		7.107	7.197
Impostos	10	(1.981)	(1.941)
Lucros líquidos de impostos		5.126	5.256
Lucros atribuíveis a interesses minoritários	34	377	342
Lucros atribuíveis a accionistas		4.749	4.914
		5.126	5.256

O Conselho de Administração aprovou as demonstrações financeiras constantes das páginas 17 à 144 em 10 de Março de 2008.

As notas em anexo são parte integrante das Contas.

Nota: Conforme permitido pela secção 230(3) da Lei das Sociedades Comerciais de 1985, não é apresentada a demonstração de resultados para a empresa-mãe.

Contas do Barclays Bank PLC

Balanço

Balanço

Em 31 de Dezembro

	Notas	Grupo		Banco	
		2007	2006	2007	2006
		£m	£m	£m	£m
Activos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		5.801	6.795	1.919	4.411
Valores a cobrar de outros bancos		1.836	2.408	1.909	2.312
Activos da carteira comercial	11	193.726	177.884	141.969	120.975
Activos financeiros pelo valor justo:					
- de conta própria	12	56.629	31.799	36.313	23.188
- detidos por passivos associados a clientes nos termos de contratos de investimento	12	90.851	82.798	-	-
Instrumentos financeiros derivados	13	248.088	138.353	260.754	149.439
Empréstimos e adiantamentos a bancos	14	40.120	30.926	26.443	23.867
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	345.398	282.300	399.264	279.820
Investimentos financeiros disponíveis para venda	15	43.256	51.952	25.582	31.564
Acordos de recompra inversos e garantias em dinheiro sobre títulos recebidos como empréstimo	16	183.075	174.090	186.554	180.625
Outros activos	17	5.153	5.850	2.898	3.349
Activos fiscais correntes	18	518	557	803	1.193
Investimentos em associadas e joint-ventures	19	377	228	112	97
Investimentos em subsidiárias	20	-	-	14.992	14.317
Goodwill	21	7.014	6.092	3.593	3.591
Activos incorpóreos	22	1.282	1.215	368	347
Imóveis, instalações e equipamento	23	2.996	2.492	1.549	1.358
Activos por impostos diferidos	18	1.463	764	785	1.104
Activos totais		1.227.583	996.503	1.105.807	841.557
Passivos					
Depósitos de bancos		90.546	79.562	105.174	100.572
Valores em cobrança devidos a outros bancos		1.792	2.221	1.791	2.204
Contas de clientes		295.849	256.754	359.061	282.985
Passivos da carteira comercial	11	65.402	71.874	44.054	43.479
Passivos financeiros pelo valor justo	24	74.489	53.987	73.905	51.236
Passivos a clientes por contratos de investimento	12	92.639	84.637	-	-
Instrumentos financeiros derivados	13	248.288	140.697	257.194	147.382
Títulos da dívida em emissão		120.228	111.137	56.408	53.023
Acordos de recompra e garantias em dinheiro sobre títulos emprestados	16	169.429	136.956	153.649	109.518
Outros passivos	25	10.514	10.337	10.635	16.752
Passivos por impostos correntes	18	1.311	1.020	842	512
Passivos por contratos de seguros, incluindo passivos unit-linked	26	3.903	3.878	-	-
Passivos subordinados	27	18.150	13.786	17.987	13.460
Passivos por impostos diferidos	18	855	282	-	-
Provisões	28	830	462	809	343
Passivos por regalias de reforma	30	1.537	1.807	1.381	1.584
Total do passivo		1.195.762	969.397	1.082.890	823.050
Capital próprio					
Capital social emitido	31	2.382	2.363	2.382	2.363
Prémios de emissão	31	10.751	9.452	10.751	9.452
Outras reservas	32	(170)	(484)	228	(52)
Capital Próprio - Outros	33	2.687	2.534	2.751	2.598
Lucros não distribuídos	32	14.222	11.556	6.805	4.146
Capital próprio excluindo interesses minoritários		29.872	25.421	22.917	18.507
Interesses minoritários	34	1.949	1.685	-	-
Total do capital próprio		31.821	27.106	22.917	18.507
Total do capital próprio e do passivo		1.227.583	996.503	1.105.807	841.557

As notas em anexo são parte integrante das contas.

Marcus Agius Presidente

John Varley Director-Geral do Grupo

Christopher Lucas Director Financeiro do Grupo

Contas do Barclays Bank PLC

Demonstrações de ganhos e perdas reconhecidos

Demonstrações de ganhos e perdas reconhecidos
Do exercício findo em 31 de Dezembro

	Grupo		Banco	
	2007	2006	2007	2006
	£m	£m	£m	£m
Reserva disponível para venda:				
- Ganhos/(perdas) líquidos de alterações no valor justo	389	107	280	(56)
- Perdas transferidas para lucros líquidos devidas a imparidade	13	86	13	85
- Ganhos líquidos transferidos para lucros líquidos da venda	(563)	(327)	(158)	(40)
- Perdas líquidas transferidas para lucro líquido devido a cobertura do valor justo	68	14	-	-
Reserva para cobertura de fluxos de tesouraria:				
- Ganhos/(perdas) líquidos de alterações no valor justo	106	(437)	253	(611)
- Perdas/(ganhos) líquidos transferidos para lucro líquido	253	(50)	39	(67)
Diferenças por conversão entre divisas	54	(781)	41	(47)
Impostos	54	253	(143)	397
Outros	22	25	53	71
Montantes incluídos directamente no capital próprio	396	(1.110)	378	(268)
Lucros líquidos de impostos	5.126	5.256	4.792	3.812
Total de custos e proveitos reconhecidos no exercício	5.522	4.146	5.170	3.544
Atribuível a:				
Accionistas	5.135	4.132	5.170	3.544
Interesses minoritários	387	14	-	-
	5.522	4.146	5.170	3.544

As notas em anexo são parte integrante das contas.

Contas do Barclays Bank PLC

Mapa de origem e aplicação de fundos

Mapa de origem e aplicação de fundos
Do exercício findo em 31 de Dezembro

	Grupo		Banco	
	2007	2006	2007	2006
	£m	£m	£m	£m
Reconciliação de lucros antes de impostos nos fluxos de tesouraria das actividades operacionais:	7.107	7.197	5.089	4.235
Lucros antes de impostos				
Ajustamento por elementos não pecuniários:	2.795	2.154	1.793	1.798
Dotação para imparidade	669	612	365	321
Amortização e imparidade de imóveis, instalações e equipamento	753	558	767	503
Outras provisões, incluindo pensões	(42)	(46)	-	-
Lucro líquido de associadas e joint-ventures	(862)	(778)	(396)	(425)
Lucro líquido na alienação de investimentos e imóveis, instalações e equipamento	(26)	(263)	(480)	(263)
Lucro líquido da alienação de associadas e joint-ventures	(2)	(60)	(2)	(60)
Lucro líquido da alienação de subsidiárias	(1.471)	1.661	(1.961)	450
Outros movimentos não pecuniários				
Alterações nos passivos e activos operacionais:	(77.987)	(27.385)	(125.559)	(57.987)
Acréscimo líquido nos empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes	91.451	46.944	128.002	66.697
Acréscimo líquido nos depósitos e nos títulos da dívida emitidos	(2.144)	1.196	(1.503)	38
Redução/(aumento) líquido nos instrumentos financeiros derivados	(18.245)	(18.333)	(23.397)	(8.897)
Aumento líquido nos activos da carteira comercial	(6.472)	310	575	(4.326)
Aumento/(redução) líquido nos passivos comerciais	(4.379)	1.538	9.544	(7.000)
Redução/(aumento) líquido nos investimentos financeiros	1.296	(1.527)	881	(1.891)
(Aumento)/redução líquido nos outros activos	(1.056)	(1.580)	(7.153)	2.119
Redução líquida nos outros passivos	(1.583)	(2.141)	557	(954)
Imposto (pago)/reembolsado	(10.198)	10.057	(12.878)	(5.642)
Fluxo de tesouraria líquido de actividades operacionais	(26.947)	(47.109)	(20.222)	(26.064)
Compra de investimentos disponíveis para venda	38.423	46.069	28.463	41.315
Proveitos da venda ou resgate de investimentos disponíveis para venda	(263)	(212)	(63)	(177)
Compra de imobilizado incorpóreo	(1.241)	(654)	(597)	(399)
Compra de imóveis, instalações e equipamento	617	786	402	644
Receitas de alienação de imóveis, instalações e equipamentos	(270)	(248)	(270)	(248)
Aquisições de subsidiárias, líquidas de tesouraria adquirida	383	(15)	383	10
Alienação de subsidiárias, líquida dos fluxos de tesouraria cedidos	(668)	(432)	(668)	(432)
Aumento no investimento em subsidiárias	57	44	57	44
Redução no investimento em subsidiárias	(220)	(162)	(23)	(6)
Aquisição de associadas e joint-ventures	145	739	488	582
Venda de associadas e joint-ventures	-	17	-	-
Outros fluxos de tesouraria associados a actividades de investimento	-	-	-	(174)
Investimento em subsidiárias	10.016	(1.177)	7.950	15.095
Fluxos de tesouraria líquidos usados em actividades de investimento	(3.418)	(2.373)	(3.635)	(2.249)
Dividendos pagos	4.625	2.493	4.495	2.485
Reembolsos de empréstimos e resgate de títulos da dívida	(683)	(366)	(670)	(361)
Emissão de acções e outros instrumentos similares	1.355	585	1.355	585
Injecção de capital do Barclays PLC	1.434	-	1.434	-
Emissão líquida de acções para interesses minoritários	199	226	-	-
Fluxo de tesouraria líquido de/(usado em) actividades de financiamento	3.512	565	2.979	460
Perda/(ganho) cambial nas disponibilidades em divisas	(654)	552	(114)	144
(Aumento)/redução líquido nas disponibilidades	2.676	9.997	(2.063)	10.057
Disponibilidades no início do ano	30.402	20.405	23.939	13.882
Disponibilidades no final do ano	33.078	30.402	21.876	23.939
As disponibilidades incluem:	5.801	6.795	1.919	4.411
Caixa e saldos em bancos centrais	40.120	30.926	26.443	23.867
Empréstimos e adiantamentos a bancos	(19.376)	(15.892)	(11.726)	(12.012)
Menos: montantes com maturidade original superior a três meses	20.744	15.034	14.717	11.855
Obrigações do tesouro e outras elegíveis disponíveis para venda	43.256	51.952	25.582	31.564
Menos: valores não monetários e montantes com maturidade original superior a três meses	(41.872)	(50.933)	(25.477)	(31.445)
	1.384	1.019	105	119
Activos da carteira comercial	193.726	177.884	141.969	120.975
Menos: valores não monetários e montantes com maturidade original superior a três meses	(188.591)	(170.346)	(136.834)	(113.437)
	5.135	7.538	5.135	7.538
	14	16	-	16
Outros	33.078	30.402	21.876	23.939

As notas em anexo são parte integrante das contas.

Os juros recebidos em 2007 ascenderam a 49.441 milhões de libras (38.544 milhões de libras em 2006) e os juros pagos em 2007 ascenderam a 37.821 milhões de libras (29.372 milhões de libras em 2006).

É exigida ao Grupo a manutenção de saldos junto dos bancos centrais e outras autoridades de supervisão, que ascendiam a 1.037 milhões de libras em 31 de Dezembro de 2007 (1.262 milhões de libras em 2006).

A TRADUTORA

FÁTIMA CASTANHEIRA

Fátima Castanheira

per
19

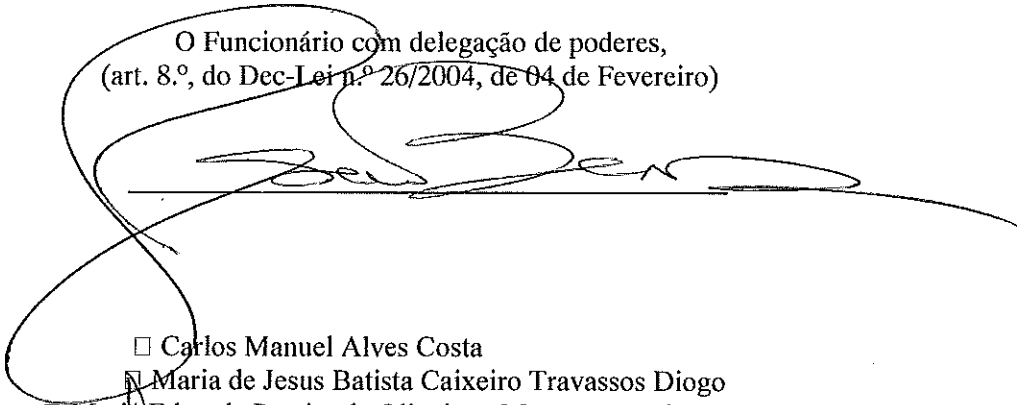


Pública -Forma

Certifico que o presente documento foi extraído neste Cartório por meio de fotocópia, composto de **dez** folhas, devidamente numeradas e por mim rubricadas, levando aposto o selo branco deste Cartório Notarial, é fotocópia parcial e está em conformidade com o original apenas na parte reproduzida, excepto quanto ao selo branco.

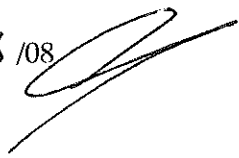
Lisboa, vinte de Junho de dois mil e oito.

O Funcionário com delegação de poderes,
(art. 8.º, do Dec-Lei n.º 26/2004, de 04 de Fevereiro)



☐ Carlos Manuel Alves Costa
☒ Maria de Jesus Batista Caixeiro Travassos Diogo
☐ Maria Eduarda Pereira de Oliveira e Menezes Pereira

Factura/recibo n.º 2348 /08



Business review and principal activities

The Company is required to set out in this report a fair review of the business during the financial year ended 31st December 2007 and a description of the principal risks and uncertainties facing the Company (known as a 'Business Review').

The information that fulfils the requirements of the Business Review can be found on pages 2 to 12 and is incorporated into this report by reference.

From the perspective of the Bank the review of the business and the principal risks and uncertainties facing the Company are integrated with those of Barclays PLC, the Bank's ultimate parent. Therefore additional information may be found in the 2007 Annual Report of Barclays PLC which does not form part of this report.

Barclays is a major global financial services provider engaged in retail and commercial banking, credit cards, investment banking, wealth management and investment management services. Barclays operates through branches, offices and subsidiaries in the UK and overseas.

The results of the Group show a pre-tax profit of £7,107m (2006: £7,197m) for the year and profit after tax of £5,126m (2006: £5,256m). The Group had net assets of £31,821m at 31st December 2007 (2006: £27,106m).

Profit Attributable

The profit attributable to Barclays PLC, the Bank's parent, for the year 2007 amounted to £4,749m (2006: £4,914m).

Dividends

Total dividends on ordinary shares paid during 2007 are set out in Note 1 to the accounts.

Dividends paid on preference shares for the year ended 31st December 2007 amounted to £193m (2006: £174m).

Share Capital

Ordinary share capital was increased during the year by the issue to Barclays PLC of 7m ordinary shares, credited as fully paid, in consideration of cash payments of £111m.

Preference share capital was increased in the year by the issue of 101,000,000 Non-Cumulative Callable US Dollar Preference Shares of US\$0.25, credited as fully paid, in consideration of net proceeds of US\$2,451m (£1,207m), of which the nominal value was US\$25.3m and the balance was share premium.

Annual Report on Form 20-F

An Annual Report on Form 20-F is being filed with the US Securities and Exchange Commission (SEC) and copies will be available from one of the Joint Secretaries on request to the Head office at 1 Churchill Place, London E14 5HP. It is possible to read and copy documents that have been filed by Barclays PLC and Barclays Bank PLC with the SEC at the SEC's office of Investor Education and assistance located at 100 F Street, NE, Washington DC 20549-0213. Please call the SEC at 1-800-SEC-0330 for further information on the public reference rooms and their copy charges. Filings with the SEC are also available to the public from commercial document retrieval services, and from the website maintained by the SEC at www.sec.gov.

Directors

The Directors of the Bank are listed on page 15. The Directors' interests in shares are set out in Note 40. The membership of the Boards of the Bank and of Barclays PLC is identical.

Chris Lucas joined the Board as Group Finance Director on 1st April 2007 and Naguib Kheraj left the Board on 31st March 2007.

David Booth joined the Board as a non-executive Director on 1st May 2007 and Patience Wheatcroft and Sir Michael Rake were appointed as non-executive Directors with effect from 1st January 2008.

Directors' Indemnities

Qualifying third party indemnity provisions (as defined by section 234 of the Companies Act 2006) were in force during the course of the financial year ended 31st December 2007 for the benefit of the then Directors and, at the date of this report, are in force for the benefit of the Directors in relation to certain losses and liabilities which they may incur (or have incurred) in connection with their duties, powers or office.

Community Involvement

Barclays has an extensive community programme covering many countries around the world. The Group provides funding and support to over 7,140 charities and voluntary organisations, ranging from small, local charities, like Passage (UK), to international organisations like the Red Cross. We also have a very successful employee programme which in 2007 saw more than 43,000 employees and pensioners worldwide taking part in Barclays-supported volunteering, giving and fundraising activities. Further information on our community involvement is given on page 12.

The total commitment for 2007 was £52.4m (2006: £46.5m). The Group committed £38.9m in support of the community in the UK (2006: £39.6m) and £13.5m was committed in international support (2006: £6.9m). The UK commitment includes £30.4m of charitable donations (2006: £35.2m).

Employee Involvement

Barclays is committed to ensuring that employees share in the success of the Group. Staff are encouraged to participate in share option and share purchase schemes and have a substantial sum invested in the shares of Barclays PLC.

Employees are kept informed of matters of concern to them in a variety of ways, including the corporate news magazines, intranets, briefings and mobile phone SMS messaging. These communications help achieve a common awareness among employees of the financial and economic factors affecting the performance of Barclays.

Barclays is also committed to providing employees with opportunities to share their views and provide feedback on issues that are important to them. An annual Employee Opinion Survey is undertaken with results being reported to the Board HR and Remuneration Committee, all employees and to Unite (Amicus section), our recognised union in the UK. Roadshows and employee forums also take place.

In addition, Barclays undertakes regular and formal Group, business unit and project specific consultations with Unite (Amicus section).

Diversity and Inclusion

The diversity agenda at Barclays seeks to include customers, colleagues and suppliers. Our objective is to recruit and retain the best people, regardless of (but not limited to) race, religion, age, gender, sexual orientation or disability. We strive to ensure our workforce reflects the communities in which we operate and the international nature of the organisation. We recognise that diversity is a key part of responsible business strategy in support of our increasingly global business.

Barclays is committed to providing additional support to employees with disabilities and making it easier for them to inform us of their specific requirements, including the introduction of a dedicated intranet site and disability helpline. Through our Reasonable Adjustments Scheme, appropriate assistance can be given, including both physical workplace adjustments, and relevant training and access to trained mentors is also provided for disabled employees. A wide range of recruitment initiatives have been taken to increase the number of people with disabilities working in Barclays.

Creditors' Payment Policy

Barclays values its suppliers and acknowledges the importance of paying invoices, especially those of small businesses, in a timely manner. It is the Group's practice to agree terms with suppliers when entering into contracts. We negotiate with suppliers on an individual basis and meet our obligations accordingly. The Group does not follow any specific published code or standard on payment practice.

Paragraph 12(3) of Schedule 7 of the Companies Act 1985 requires disclosure of trade creditor payment days. The Company's accounts are prepared in accordance with International Financial Reporting Standards. The components for the trade creditor calculation are not easily identified. However, by identifying as closely as possible the components that would be required if Schedule 4 of the Companies Act 1985 applied, the trade creditor payment days for the Company for 2007 were 27 days (2006: 28 days). This is an arithmetical calculation and does not necessarily reflect our practice, which is described above, nor the experience of any individual creditor.

Financial Instruments

Barclays financial risk management objectives and policies, including the policy for hedging each major type of forecasted transaction for which hedge accounting is used, and the exposure to market risk, credit risk and liquidity risk are set out in Notes 46 to 48 to the accounts.

Events after the Balance Sheet Date

On 3rd March 2008, Barclays entered into an agreement with Petropavlovsk Finance (Limited Liability Society) to acquire 100% of Expobank, for a consideration of approximately US\$745m (£373m). The transaction is expected to close in summer 2008 after receipt of appropriate regulatory approvals. Expobank focuses principally on Western Russia, with a substantial presence in Moscow and St Petersburg. Founded in 1994 it has grown rapidly and comprises a blend of retail and commercial banking, operating 32 branches and dealing with a range of corporate and wholesale clients. As at 31 December 2007, Expobank had net assets of \$186m (£93m).

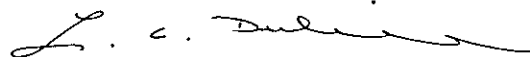
The Auditors

The Board Audit Committee reviews the appointment of the external auditors, as well as their relationship with the Group, including monitoring the Group's use of the Group's auditors for non-audit services and the balance of audit and non-audit fees paid to the auditors. Having reviewed the independence and effectiveness of the external auditors, the Committee has recommended to the Board that the existing auditors, PricewaterhouseCoopers LLP, be reappointed.

So far as each of the Directors are aware, there is no relevant audit information of which the Company's auditors are unaware. Each of the Directors has taken all the steps that he or she ought to have taken as a Director in order to make himself or herself aware of any relevant audit information and to establish that the Company's auditors are aware of that information. For these purposes, 'relevant audit information' means information needed by the Company's auditors in connection with preparing their report.

PricewaterhouseCoopers LLP have signified their willingness to continue in office and an ordinary resolution reappointing them as auditors and authorising the Directors to set their remuneration will be proposed at the 2008 AGM.

By order of the Board



Lawrence Dickinson
Joint Secretary
10th March 2008

Current Directors and Officers

Marcus Agius – Group Chairman

Executive Directors

John Varley – Group Chief Executive

Robert E Diamond Jr – President, Barclays PLC, Chief Executive,
Investment Banking and Investment Management

Gary Hoffman – Group Vice Chairman

Chris Lucas – Group Finance Director

Frits Seegers – Chief Executive, Global Retail and Commercial Banking

Non-executive Directors

Sir Nigel Rudd, DL – Deputy Chairman

David Booth

Sir Richard Broadbent

Richard (Leigh) Clifford, AO

Fulvio Conti

Dr Danie Cronjé

Professor Dame Sandra Dawson

Sir Andrew Likierman

Sir Michael Rake

Stephen Russell

Sir John Sunderland

Patience Wheatcroft

Current Executive Committee members		Appointed to Executive Committee
John Varley	Group Chief Executive	1996
Robert E Diamond Jr	President, Barclays PLC, Chief Executive, Investment Banking and Investment Management	1997
Paul Idzik	Chief Operating Officer	2004
Chris Lucas	Group Finance Director	2007
Frits Seegers	Chief Executive, Global Retail and Commercial Banking	2006

Other Officers		Appointed to position
Jonathan Britton	Financial Controller	2006
Lawrence Dickinson	Joint Secretary	2002
Patrick Gonsalves	Joint Secretary	2002
Mark Harding	General Counsel	2003
Robert Le Blanc	Risk Director	2004

Statement of Directors' Responsibilities for Accounts Going Concern

The Directors confirm they are satisfied that the Group and the Company have adequate resources to continue in business for the foreseeable future. For this reason, they continue to adopt the 'going concern' basis for preparing the accounts.

Statement of Directors' Responsibilities for Accounts

The following statement, which should be read in conjunction with the Auditors' report set out on page 16, is made with a view to distinguishing for shareholders the respective responsibilities of the Directors and of the auditors in relation to the accounts.

The Directors are required by the Companies Act 1985 to prepare accounts for each financial year and, with regards to Group accounts, in accordance with Article 4 of the IAS Regulation. The Directors have prepared individual accounts in accordance with IFRS as adopted by the European Union. The accounts are required by law and IFRS to present fairly the financial position of the Company and the Group and the performance for that period; the Companies Act 1985 provides in relation to such accounts, that references in the relevant part of the law to accounts giving a true and fair view are references, to their achieving fair presentation.

The Directors consider that, in preparing the accounts on pages 17 to 144, the Group has used appropriate accounting policies, supported by reasonable and prudent judgements and estimates, and that all accounting standards which they consider to be applicable have been followed.

The Directors have responsibility for ensuring that the Company and the Group keep accounting records which disclose with reasonable accuracy the financial position of the Company and the Group and which enable them to ensure that the accounts comply with the Companies Act 1985.

The Directors have general responsibility for taking such steps as are reasonably open to them to safeguard the assets of the Group and to prevent and detect fraud and other irregularities.

1. *Financial statements for the year ended 31st December 2007*

We have audited the Group and Parent company financial statements (the 'financial statements') of Barclays Bank PLC for the year ended 31st December 2007 which comprise the Group income statement, the Group and Parent company balance sheets, the Group and Parent company statements of recognised income and expense, the Group and Parent company cash flow statements and the related notes on pages 27 to 144. These financial statements have been prepared under the accounting policies set out therein on pages 17 to 24.

Respective responsibilities of Directors and Auditors

The Directors' responsibilities for preparing the Annual Report and the financial statements in accordance with applicable law and International Financial Reporting Standards (IFRSs) as adopted by the European Union are set out in the Statement of Directors' Responsibilities for Accounts.

Our responsibility is to audit the financial statements in accordance with relevant legal and regulatory requirements and International Standards on Auditing (UK and Ireland). This report, including the opinion, has been prepared for and only for the company's members as a body in accordance with Section 235 of the Companies Act 1985 and for no other purpose. We do not, in giving this opinion, accept or assume responsibility for any other purpose or to any other person to whom this report is shown or into whose hands it may come save where expressly agreed by our prior consent in writing.

We report to you our opinion as to whether the financial statements give a true and fair view and have been properly prepared in accordance with the Companies Act 1985 and, as regards the group financial statements, Article 4 of the IAS Regulation. We also report to you whether in our opinion the information given in the Directors' report is consistent with the financial statements.

In addition we report to you if, in our opinion, the company has not kept proper accounting records, if we have not received all the information and explanations we require for our audit, or if information specified by law regarding Directors' remuneration and other transactions is not disclosed.

We read other information contained in the Annual Report and consider whether it is consistent with the audited financial statements. The other information comprises only the Business review and the Directors' report. We consider the implications for our report if we become aware of any apparent misstatements or material inconsistencies with the financial statements. Our responsibilities do not extend to any other information.

Basis of Audit Opinion

We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing (UK and Ireland) issued by the Auditing Practices Board. An audit includes examination, on a test basis, of evidence relevant to the amounts and disclosures in the financial statements. It also includes an assessment of the significant estimates and judgments made by the Directors in the preparation of the financial statements, and of whether the accounting policies are appropriate to the group's and company's circumstances, consistently applied and adequately disclosed.

We planned and performed our audit so as to obtain all the information and explanations which we considered necessary in order to provide us with sufficient evidence to give reasonable assurance that the financial statements are free from material misstatement, whether caused by fraud or other irregularity or error. In forming our opinion we also evaluated the overall adequacy of the presentation of information in the financial statements.

Opinion

In our opinion:

- the Group financial statements give a true and fair view, in accordance with IFRSs as adopted by the European Union, of the state of the Group's affairs as at 31st December 2007 and of its profit and cash flows for the year then ended;
- the Parent company financial statements give a true and fair view, in accordance with IFRSs as adopted by the European Union as applied in accordance with the provisions of the Companies Act 1985, of the state of the Parent company's affairs as at 31st December 2007 and cash flows for the year then ended;
- the financial statements have been properly prepared in accordance with the Companies Act 1985 and, as regards the Group financial statements, Article 4 of the IAS Regulation; and
- the information given in the Directors' report is consistent with the financial statements.

PRICEWATERHOUSECOOPERS 

PricewaterhouseCoopers LLP
Chartered Accountants and Registered Auditors
London, United Kingdom
10th March 2008

4. The maintenance and integrity of the Barclays Bank PLC website is the responsibility of the Directors; the work carried out by the auditors does not involve consideration of these matters and, accordingly, the auditors accept no responsibility for any changes that may have occurred to the financial statements since they were initially presented on the website.

Legislation in the United Kingdom governing the preparation and dissemination of financial statements may differ from legislation in other jurisdictions.

Future Accounting Developments

Consideration will be given during 2008 to the implications, if any, of the following new and revised standards and International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) interpretations as follows:

- IFRS 3 – Business Combinations and IAS 27 – Consolidated and Separate Financial Statements are revised standards issued in January 2008. The revised IFRS 3 applies prospectively to business combinations first accounted for in accounting periods beginning on or after 1st July 2009 and the amendments to IAS 27 apply retrospectively to periods beginning on or after 1st July 2009. The main changes in existing practice resulting from the revision to IFRS 3 affect acquisitions that are achieved in stages and acquisitions where less than 100% of the equity is acquired. In addition, acquisition related costs – such as fees paid to advisers – must be accounted for separately from the business combination, which means that they will be recognised as expenses unless they are directly connected with the issue of debt or equity securities. The revisions to IAS 27 specify that changes in a parent's ownership interest in a subsidiary that do not result in the loss of control must be accounted for as equity transactions. Until future acquisitions take place that are accounted for in accordance with the revised IFRS 3, the main impact on Barclays will be that, from 2010, gains and losses on transactions with non-controlling interests that do not result in loss of control will no longer be recognised in the income statement but directly in equity. In 2007, gains of £23m and losses of £6m were recognised in income relating to such transactions.
- IFRIC 13 – Customer Loyalty Programs addresses accounting by entities that grant loyalty award credits (such as 'points' or travel miles) to customers who buy other goods or services. It requires entities to allocate some of the proceeds of the initial sale to the award credits and recognise these proceeds as revenue only when they have fulfilled their obligations. The Group is considering the implications of this interpretation and any resulting change in accounting policy would be accounted for in accordance with IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors in 2009.
- IFRS 8 – Operating Segments was issued in November 2006 and would first be required to be applied to the Group accounting period beginning on 1st January 2009. The standard replaces IAS 14 – Segmental Reporting and would align operating segmental reporting with segments reported to senior management as well as requiring amendments and additions to the existing segmental reporting disclosures. The standard does not change the recognition, measurement or disclosure of specific transactions in the consolidated financial statements. The Group is considering the enhancements that permitted early adoption in 2008 may make to the transparency of the segmental disclosures.

– IAS 1 – Presentation of Financial Statements is a revised standard applicable to annual periods beginning on 1st January 2009. The amendments affect the presentation of owner changes in equity and of comprehensive income. They do not change the recognition, measurement or disclosure of specific transactions and events required by other standards.

– IAS 23 – Borrowing Costs is a revised standard applicable to annual periods beginning on 1st January 2009. The revision does not impact Barclays. The revision removes the option not to capitalise borrowing costs on qualifying assets, which are assets that take a substantial period of time to get ready for their intended use or sale.

– An amendment to IFRS 2 Share-based Payment was issued in January 2008 that clarifies that vesting conditions are service conditions and performance conditions only. It also specifies that all cancellations, whether by the entity or by other parties, should receive the same accounting treatment, which results in the acceleration of charge. The Group is considering the implications of the amendment, particularly to the Sharesave scheme, and any resulting change in accounting policy would be accounted for in accordance with IAS 8 Accounting policies, changes in accounting estimates and errors in 2009.

– Amendments to IAS 32 Financial Instruments: Presentation and IAS 1 Presentation of Financial Statements were issued in February 2008 that require some puttable financial instruments and some financial instruments that impose on the entity an obligation to deliver to another party a pro rata share of the net assets of the entity only on liquidation to be classified as equity. The amendments, which are applicable to annual periods beginning on 1st January 2009, do not impact Barclays.

The following IFRIC interpretations issued during 2006 and 2007 which first apply to accounting periods beginning on or after 1st January 2008 are not expected to result in any changes to the Group's accounting policies:

- IFRIC 11 IFRS 2 – Group and Treasury Share Transactions;
- IFRIC 12 – Service Concession Arrangements;
- IFRIC 14 IAS 19 – The Limit on a Defined Benefit Asset, Minimum Funding Requirements and their Interaction.

Acquisitions

2007. On 8th February 2007, Barclays completed the acquisition of Indexchange Investment AG. Indexchange is based in Munich and offers exchange traded fund products.

On 28th February 2007, Barclays completed the acquisition of Nile Bank Limited. Nile Bank is based in Uganda with 18 branches and 228 employees.

On 30th March 2007, Barclays completed the acquisition of EquiFirst. EquiFirst is a non-prime wholesale mortgage originator in the United States.

On 18th May 2007, Barclays completed the acquisition of Walbrook Group Limited. Walbrook is based in Jersey, Guernsey, Isle of Man and Hong Kong where it serves high net worth private clients and corporate customers.

On 1st November 2006, Barclays Bank PLC acquired the US mortgage servicing business of HomeEq Servicing Corporation from Wachovia Corporation.

On 1st June 2005, Barclays Asset and Sales Finance (BASF) acquired a 51% share and controlling stake in Fiat's Iveco Vehicle Finance Business. The transaction will expand BASF's commercial vehicle expertise.

On 30th June 2005, EnterCard, the joint venture between Barclays Bank PLC and FöreningsSparbanken (also known as Swedbank), which was announced on 4th February 2005, began operations. Barclays Bank PLC has a 50% economic interest in the joint venture. EnterCard provides credit cards in the Nordic market, initially in Sweden and Norway.

On 1st July 2005, Barclays acquired the wealth business of ING Securities Bank (France) consisting of ING Ferri and ING Private Banking.

On 9th May 2005, Barclays announced the terms of a recommended acquisition of a majority stake in Absa Group Limited ('Absa'). Barclays consolidated Absa from 27th July 2005.

Disposals

On 4th April 2007, Barclays completed the sale of part of Monument, a credit card business.

On 24th September 2007, Barclays completed the sale of a 50% shareholding in Intelenet Global Services Pvt Ltd.

On 1st January 2006, Barclays completed the sale of the Barclays South African branch business to Absa Group Limited. This consists of the Barclays Capital South African operations and Corporate and Business Banking activities previously carried out by the South African branch of International Retail and Commercial Banking – excluding Absa, together with the associated assets and liabilities.

On 25th July 2006, Barclays Asset & Sales Finance (BASF) disposed of its interest in its motor vehicle contract hire business, Appleyard Finance Holdings Limited.

On 31st August 2006, Barclays disposed of Bankhaus Wobler which was formerly part of Absa.

On 22nd December 2006 Barclays disposed of its interest in FirstCaribbean International Bank to Canadian Imperial Bank of Commerce.

On 31st December 2006, BA&SF disposed of its European Vendor Finance business, including Barclays Industrie Bank GmbH and Barclays Technology Finance Ltd, to CIT Group.

Recent developments

On 16th April 2007, Barclays announced the sale of Barclays Global Investors Japan Trust & Banking Co., Ltd, a Japanese trust administration and custody operation. The sale completed on 31st January 2008.

On 5th October 2007, Barclays announced that as at 4th October 2007 not all of the conditions relating to its offer for ABN AMRO Holding N.V. were fulfilled and as a result Barclays was withdrawing its offer with immediate effect. Barclays also announced that it was restarting the Barclays PLC share buy-back programme to minimise the dilutive effect of the issuance of shares to China Development Bank and Temasek Holdings (Private) Limited on existing Barclays PLC shareholders. This programme was intended to run until 31st December 2007, but was subsequently extended to 31st January 2008.

On 7th February 2008, Barclays announced the purchase of Discover's UK credit card business for a consideration of approximately £35m. The consideration is subject to an adjustment mechanism based on the net asset value of the business at completion. Completion is subject to various conditions, including competition clearance, and is expected to occur during the first half of 2008.

On 3rd March 2008, Barclays had entered into an agreement with Petropavlovsk Finance (Limited Liability Society) to acquire 100% of Expobank, for a consideration of approximately US\$745m (£373m). The transaction is expected to close in summer 2008 after receipt of appropriate regulatory approvals. Expobank focuses principally on Western Russia, with a substantial presence in Moscow and St Petersburg. Founded in 1934 it has grown rapidly and comprises a blend of retail and commercial banking, operating 32 branches and dealing with a range of corporate and wholesale clients. As at 31st December 2007, Expobank had net assets of \$186m (£93m).

Accolite Bank PLC Consolidated income statement

Consolidated income statement
For the year ended 31st December

	Notes	2007 £m	2006 £m
Continuing operations			
Interest income	2	25,205	21,805
Interest expense	2	(15,767)	(12,662)
Net interest income		9,438	9,143
Fee and commission income	3	5,687	8,005
Fee and commission expense	3	(910)	(828)
Net fee and commission income		4,777	7,177
Net trading income	4	3,759	3,632
Net investment income	4	1,216	962
Principal transactions		4,075	4,594
Net premiums from insurance contracts	5	1,011	1,060
Other income	6	224	257
Total income		23,523	22,231
Net claims and benefits incurred on insurance contracts	5	(192)	(575)
Total income net of insurance claims		23,331	21,656
Impairment charges and other credit provisions	7	(2,795)	(2,154)
Net income		20,536	19,502
Staff costs	8	(8,405)	(8,169)
Administration and general expenses	9	(4,141)	(3,914)
Depreciation of property, plant and equipment	23	(467)	(455)
Amortisation of intangible assets	22	(186)	(136)
Operating expenses		(13,199)	(12,674)
Share of post-tax results of associates and joint ventures	19	42	46
Profit on disposal of subsidiaries, associates and joint ventures		28	323
Profit before tax		7,107	7,197
Tax	10	(1,981)	(1,941)
Profit after tax		5,126	5,256
Profit attributable to minority interests	34	377	342
Profit attributable to equity holders		4,749	4,914
		5,126	5,256

The Board of Directors approved the accounts set out on pages 17 to 144 on 10th March 2008.

The accompanying notes form an integral part of the accounts.

2007

As permitted by section 230(3) of the Companies Act 1985 an income statement for the parent company has not been presented.

Balance sheets

As at 31st December

	Notes	2006 £m	2005 £m	2006 £m
Assets				
Cash and balances at central banks		5,801	6,795	4,411
Items in the course of collection from other banks		1,826	2,408	2,312
Trading portfolio assets	11	193,725	177,884	120,975
Financial assets designated at fair value:				
– held on own account	12	26,629	31,799	23,188
– held in respect of linked liabilities to customers under investment contracts	12	90,851	82,798	–
Derivative financial instruments	13	248,088	138,353	149,439
Loans and advances to banks	14	10,120	30,926	23,867
Loans and advances to customers	14	345,398	282,300	279,820
Available for sale financial investments	15	13,256	51,952	31,564
Reverse repurchase agreements and cash collateral on securities borrowed	16	183,075	174,090	180,625
Other assets	17	5,153	5,850	3,349
Current tax assets	18	518	557	1,193
Investments in associates and joint ventures	19	377	228	97
Investments in subsidiaries	20	–	–	14,317
Goodwill	21	7,014	6,092	3,591
Intangible assets	22	1,282	1,215	347
Property, plant and equipment	23	2,996	2,492	1,358
Deferred tax assets	18	1,463	764	1,104
Total assets		1,227,583	996,503	1,105,807
Liabilities				
Deposits from banks		90,546	79,562	100,572
Items in the course of collection due to other banks		1,792	2,221	2,204
Customer accounts		295,849	256,754	282,985
Trading portfolio liabilities	11	65,402	71,874	43,479
Financial liabilities designated at fair value	24	74,489	53,987	51,236
Liabilities to customers under investment contracts	12	92,639	84,637	–
Derivative financial instruments	13	248,288	140,697	147,382
Debt securities in issue		120,228	111,137	53,023
Repurchase agreements and cash collateral on securities lent	16	169,429	136,956	109,518
Other liabilities	25	10,514	10,337	16,752
Current tax liabilities	18	1,311	1,020	512
Insurance contract liabilities, including unit-linked liabilities	26	3,903	3,878	–
Subordinated liabilities	27	18,150	13,786	13,460
Deferred tax liabilities	18	855	282	–
Provisions	28	330	462	343
Retirement benefit liabilities	30	1,537	1,807	1,584
Total liabilities		1,195,762	969,397	1,082,890
Shareholders' equity				
Called up share capital	31	2,382	2,363	2,363
Share premium account	31	10,751	9,452	9,452
Other reserves	32	(170)	(484)	(52)
Other shareholders' equity	33	2,687	2,534	2,598
Retained earnings	32	14,222	11,556	4,146
Shareholders' equity excluding minority interests		29,872	25,421	18,507
Minority interests	34	1,949	1,685	–
Total shareholders' equity		31,821	27,106	18,507
Total liabilities and shareholders' equity		1,227,583	996,503	1,105,807

The accompanying notes form an integral part of the accounts.

Andrews Apple

Chairman

John Vane

Group Chief Executive

Chief Financial Officer

Group Finance Director

Accounts Barclays Bank PLC

Statements of recognised income and expense

Statement of recognised income and expense
For the year ended 31st December

	2007 £m	2006 £m	2007 £m	2006 £m
Available for sale reserve:				
– Net gains/(losses) from changes in fair value	389	107	281	(56)
– Losses transferred to net profit due to impairment	13	86	13	85
– Net gains transferred to net profit on disposal	(563)	(327)	(1,000)	(40)
– Net losses transferred to net profit due to fair value hedging	66	14	–	–
Cash flow hedging reserve:				
– Net gains/(losses) from changes in fair value	106	(437)	253	(611)
– Net losses/(gains) transferred to net profit	256	(50)	49	(67)
Currency translation differences	54	(781)	41	(47)
Tax	51	253	(133)	397
Other	22	25	53	71
Amounts included directly in equity	396	(1,110)	328	(268)
Profit after tax	5,176	5,256	4,792	3,812
Total recognised income and expense for the year	5,522	4,146	5,170	3,544
Attributable to:				
Equity holders	5,135	4,132	5,170	3,544
Minority interests	387	14	–	–
	5,522	4,146	5,170	3,544

The accompanying notes form an integral part of the accounts.

Cash flow statements

Barclays Bank PLC

For the year ended 31st December

	2007 £m	2006 £m	2007 £m	2006 £m
Reconciliation of profit before tax to net cash flows from operating activities:				
Profit before tax	5,107	7,197	5,109	4,235
Adjustment for non-cash items:				
Allowance for impairment	2,295	2,154	1,498	1,798
Depreciation and amortisation and impairment of property, plant, equipment and intangibles	660	612	365	321
Other provisions, including pensions	757	558	767	503
Net profit from associates and joint ventures	(42)	(46)	-	-
Net profit on disposal of investments and property, plant and equipment	(863)	(778)	(296)	(425)
Net profit from disposal of associates and joint ventures	(26)	(263)	(480)	(263)
Net profit from disposal of subsidiaries	(7)	(60)	(2)	(60)
Other non-cash movements	(1,471)	1,661	(1,261)	450
Changes in operating assets and liabilities:				
Net (increase) in loans and advances to banks and customers	(27,987)	(27,385)	(125,559)	(57,987)
Net increase in deposits and debt securities in issue	91,451	46,944	126,002	66,697
Net (increase)/decrease in derivative financial instruments	(2,144)	1,196	(1,503)	38
Net (increase) in trading portfolio assets	(18,243)	(18,333)	(23,397)	(8,897)
Net (decrease)/increase in trading liabilities	(6,472)	310	575	(4,326)
Net (increase)/decrease in financial investments	(4,379)	1,538	9,514	(7,000)
Net decrease/(increase) in other assets	1,796	(1,527)	831	(1,891)
Net (decrease) in other liabilities	(1,056)	(1,580)	(1,153)	2,119
Tax (paid)/refund	(1,533)	(2,141)	557	(954)
Net cash from operating activities	(10,198)	10,057	(12,878)	(5,642)
Investing activities				
Purchase of available for sale investments	(26,917)	(47,109)	(20,222)	(26,064)
Proceeds from sale or redemption of available for sale investments	38,425	46,069	28,463	41,315
Purchase of intangible assets	(263)	(212)	(63)	(177)
Purchase of property, plant and equipment	(1,241)	(654)	(597)	(399)
Proceeds from sale of property, plant and equipment	617	786	402	644
Acquisitions of subsidiaries, net of cash acquired	(270)	(248)	(270)	(248)
Disposal of subsidiaries, net of cash disposed	383	(15)	383	10
Increase in investment in subsidiaries	(668)	(432)	(605)	(432)
Decrease in investment in subsidiaries	57	44	57	44
Acquisition of associates and joint ventures	(220)	(162)	(23)	(6)
Disposal of associates and joint ventures	145	739	488	582
Other cash flows associated with investing activities	-	17	-	-
Investment in subsidiaries	-	-	-	(174)
Net cash used in investing activities	10,016	(1,177)	7,950	15,095
Financing activities				
Dividends paid	(3,418)	(2,373)	(3,535)	(2,249)
Proceeds of borrowings and issuance of debt securities	4,625	2,493	4,495	2,485
Repayments of borrowings and redemption of debt securities	(683)	(366)	(670)	(361)
Issue of shares and other equity instruments	1,355	585	1,355	585
Capital injection from Barclays PLC	1,434	-	1,434	-
Net issue of shares to minority interests	199	226	-	-
Net cash from/(used in) financing activities	3,512	565	2,979	460
Exchange (loss)/gain on foreign currency cash and cash equivalents	(654)	552	(114)	144
Net increase/(decrease) in cash and cash equivalents	2,676	9,997	(2,063)	10,057
Cash and cash equivalents at beginning of year	30,402	20,405	23,939	13,882
Cash and cash equivalents at end of year	33,078	30,402	21,876	23,939
Cash and cash equivalents comprise:				
Cash and balances at central banks	5,801	6,795	1,919	4,411
Loans and advances to banks	40,120	30,926	26,443	23,867
Less: amounts with original maturity greater than three months	(19,376)	(15,892)	(11,726)	(12,012)
	20,741	15,034	14,717	11,855
Available for sale treasury and other eligible bills	41,256	51,952	25,582	31,564
Less: non-cash and amounts with original maturity greater than three months	(11,872)	(50,933)	(25,477)	(31,445)
	1,384	1,019	105	119
Trading portfolio assets	193,726	177,884	141,969	120,975
Less: non-cash and amounts with original maturity greater than three months	(188,591)	(170,346)	(136,634)	(113,437)
	5,135	7,538	5,135	7,538
Other	14	16	-	16
	33,078	30,402	21,876	23,939

The accompanying notes form an integral part of the accounts.

Interest received in 2007 was £49,441m (2006: £38,544m) and interest paid in 2007 was £37,821m (2006: £29,372m).

The Group is required to maintain balances with central banks and other regulatory authorities and these amounted to £1,037m at 31st December 2007 (2006: £1,262m).